



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 02
REALIZADA EM 26/04/2019

-----ATA NÚMERO DOIS/DOIS MIL E DEZANOVE-----

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO MARCO DE CANAVESES
DE 26/04/2019 -----

----Aos 26/04/2019, pelas vinte horas e trinta minutos, nesta Cidade do Marco de Canaveses, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Largo Sacadura Cabral, reuniu a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Jorge Francisco Vieira**, coadjuvado por **Bruno Daniel Sousa Caetano**, Primeiro Secretário, e **Maria Gorete Lopes Pinheiro**, Segunda Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: -----

----PONTO UM – Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----PONTO UM, PONTO UM – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia 23/02/2019. -----

----PONTO UM, PONTO DOIS – Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e n.º 3 do artigo 18.º e dos artigos 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----PONTO DOIS – Período de Intervenção do Público, nos termos dos n.º 1 e 6 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e n.º 3 do artigo 18.º e dos artigos 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

PONTO TRÊS – Período da Ordem do Dia. -----

PONTO TRÊS, PONTO UM – Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município. -----

----PONTO TRÊS, PONTO DOIS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à ratificação do ato de não aceitação da transferência das novas competências para a Autarquia Local, referenciadas no decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro. -----



---PONTO TRÊS, PONTO TRÊS – Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso - LCPA. Para conhecimento. -----

---PONTO TRÊS, PONTO QUATRO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Ano Financeiro – 2018. -----

---PONTO TRÊS, PONTO CINCO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à autorização prévia da assunção de compromisso plurianual, no âmbito do Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para prestação de serviços de seguros. -----

---PONTO TRÊS, PONTO SEIS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras. -----

---Pelas nove horas, o Presidente da Assembleia Municipal mandou proceder à contagem, tendo sido dado como presentes, de acordo com o mapa já rubricado, os seguintes membros: -----

---Jorge Francisco Vieira, Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales, Bruno Sérgio Moreira Caetano, Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha, Maria Gorete Lopes Pinheiro, Maria Estela Vieira Freitas, Célia Cristina Barbosa Monteiro da Costa, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Bruno Daniel Sousa Caetano, Nuno Vítor Diogo Pinto, Mário Luís da Silva Monteiro, Ana Maria Madureira Ferreira, Leandro Manuel Vieira de Queirós, Susana Maria Machado Loureiro, Américo Ricardo Ribeiro Moreira, Flávia Isabel Pereira da Silva, Isabel Maria Barbosa Madureira, Marta Alexandra Regadas de Sousa, Luís Carlos Soares Vieira, José Pedro Pinto dos Reis, Luciano Filipe Cardoso Costa, Abílio Moreira de Castro, António Adão da Silveira Monteiro, Joaquim Eduardo Mendes da Silva, José Fernando de Barros Barbosa, António Maria Fernandes Esteves, Manuel Azevedo de Sousa, Ricardo Manuel da Silva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 02
REALIZADA EM 26/04/2019

Soares, Nelson Toni Moreira Coelho, Eduardo Celso Machado de Queirós Santana, Joaquim Miguel Magalhães Queirós, José Leitão do Couto, António da Costa Pinto, Maria José Pinto Cerqueira, Fernando Joaquim Teixeira Monteiro e Maria de Fátima Teixeira Cerqueira. -----

---O plenário contou com a presença do Executivo da Câmara Municipal: **Cristina Lasalet**
Cardoso Vieira – Presidente, **Mário Bruno da Silva Magalhães** - Vice-presidente, **Paulo Jorge da Silva Couto** - Vereador em regime de permanência e Vereadores em regime de não permanência, **Paula Alexandra Rabaçal Marques**, **José António Carvalho Soares da Mota** e **António Fernandes de Sousa Dias**. -----

---Iniciando a sessão com trinta e sete (37) membros, o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, depois de cumprimentar todos os presentes, entrou de imediato no **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos. -----

---**PONTO UM, PONTO UM – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia 23/02/2019**. -----

---O Presidente da Mesa informou que nos termos do n.º 3 do Artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que esta respeita, sendo estes: Célia Cristina Barbosa Monteiro da Costa (PPD/PSD); Maria Estela Vieira Freitas (PPD/PSD); Leandro Manuel Vieira de Queirós (PS); Maria Fátima Teixeira Cerqueira (PS). -----

---Não havendo intervenções por parte do plenário, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu de imediato à votação o **Ponto Um, Ponto Um** da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e um (31) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

---**PONTO UM, PONTO DOIS – Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do n.º 1 e 6 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e n.º 3 do artigo 18.º e dos**



artigos 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----Abertas as inscrições para o ponto supracitado, inscreveram-se os membros da Assembleia Municipal, cujas intervenções são em seguida resumidas. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Maria Estela Vieira Freitas** (PPD/PSD), no uso da palavra, começou por referir, para conhecimento geral, que o Agrupamento de Escolas de Alpendorada obteve a melhor pontuação, a nível global, no *ranking* estabelecido a partir dos resultados dos alunos internos nos exames nacionais entre as escolas do concelho, do 3.º ciclo ao ensino secundário, sucesso alcançado antes mesmo da implementação do programa de combate ao insucesso escolar pelo atual Executivo. Com isto, sublinhou que o referido programa, embora meritório, é relativo, uma vez que o sucesso nos resultados escolares depende de múltiplos fatores, e não apenas de uma iniciativa. -----

----Congratulou publicamente a Unidade de Saúde Familiar de Alpendorada pela excelente avaliação de desempenho obtida a nível nacional e internacional, deixando uma especial palavra de louvor ao Dr. António Filipe e à Dra. Alexandra Rabaçal e sua equipa, que muito contribuíram e continuam a contribuir para o bom desempenho desta unidade de saúde. -----

----Visto várias vezes ser interpelada com esta questão, indagou se é intenção do Executivo cumprir o compromisso assumido no seu manifesto eleitoral, de investir num pavilhão desportivo e multiusos em Alpendorada para servir algumas das modalidades mais praticadas no concelho, nomeadamente o andebol e o futsal, e em caso afirmativo, se já se encontra em curso a elaboração dos respetivos estudos e projetos, e se já há um local definido para instalação do mesmo. -----

----Atendendo à dimensão nacional que a Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada tem vindo a atingir, designadamente através dos títulos alcançados no andebol, declarou serem totalmente legítimas as aspirações dos munícipes, que desejam ver em Alpendorada instalações desportivas de referência. -----



----O Membro da Assembleia Municipal **Nelson Toni Moreira Coelho**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração (PS), saudou as comemorações do quadragésimo quinto aniversário da revolução de abril, que pela primeira vez na história da democracia no Marco de Canaveses foram deslocalizadas dos Paços do Concelho para se tornarem verdadeiramente comemorações populares, tendo a Câmara Municipal aceitado o desafio de trazer as comemorações para a rua e realizá-las na Freguesia de Santo Isidoro e Livração, com uma adesão massiva da população local. -----

----Salientou que Santo Isidoro e Toutosa sempre foram freguesias profundamente marcadas pelo espírito de abril, razão adicional para se congratular com as comemorações da revolução de abril no recentemente requalificado Largo da Igreja de Santo Isidoro, indo ao encontro de um anseio antigo da população da freguesia. Atendendo ao sucesso destas comemorações, deixou uma palavra de homenagem ao trabalho dedicado e incansável dos funcionários da Câmara Municipal, e um especial agradecimento à Presidente da Câmara e ao seu Executivo pela concretização desta visão. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **José Leitão Couto**, Presidente da Junta de Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo (PS), começou por deixar um convite a todos os presentes, para que possam comparecer na sede da Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo no dia vinte e sete de abril para inauguração da plataforma elevatória – dando cumprimento à Legislação que obriga a que todas as instalações públicas sejam acessíveis a cidadãos com mobilidade condicionada – bem como do Posto dos CTT e Espaço do Cidadão que entrarão em funcionamento no mesmo dia. Endereçou um sentido agradecimento à Câmara Municipal pela concretização destes projetos que muito contribuem para um serviço de qualidade prestado à população da Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo e freguesias vizinhas. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **José Pedro Pinto dos Reis** (PPD/PSD), no uso da



palavra, manifestou o seu desejo de ver um efetivo investimento no setor empresarial do Concelho de Marco de Canaveses, pelo que questionou se a Câmara Municipal tem em vista a implementação de um programa de apoio às empresas locais, no contexto da internacionalização das mesmas e na atração de novos investimentos para o concelho, com consequências diretas em todo o tecido económico, e em particular da vertente do comércio local. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Américo Moreira** (PPD/PSD) deu início à sua intervenção parabenizando a Câmara Municipal pela iniciativa de descentralização das comemorações do vinte e cinco de abril, neste caso na Freguesia de Santo Isidoro e Livração. Deixou também uma palavra de apreço pela magnífica atuação da Banda de Música de Vila Boa de Quires, comprovando que a Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles continua a ser sinónimo de música e cultura, pelo que sugeriu que futuras comemorações da revolução de abril possam ter lugar nesta freguesia. -----

---Englobando os valores de abril a responsabilidade, democracia, descentralização e igualdade, declarou que a população da Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles merece a manutenção da Artâmega – referência no concelho ao nível da formação na área musical – na sua freguesia, argumentando que uma verdadeira descentralização deverá ser feita em todas as vertentes e de forma equitativa, de modo a abranger toda a população nas diferentes áreas. -----

---Em seguida, congratulou o grupo de jovens de Vila Boa de Quires e Maureles que assumiram a responsabilidade pela excelente iniciativa de limpeza da freguesia, a qual contou com o apoio da Junta de Freguesia e de diversas outras entidades. A este respeito, questionou quais os motivos que levaram a que a Câmara Municipal não se tenha associado a esta iniciativa, e se porventura a encara como sendo de pouca importância. -----

---Louvou a prestação da Associação Desportiva Marco 09 no campeonato que disputou, tendo alcançado um meritório primeiro lugar na competição, fruto do trabalho dedicado da Direção e



atletas que muito orgulhará os Marcoenses. -----

----Por fim, tendo conhecimento de vários contatos operados por parte do Círculo da Ópera do Porto, indagou quais as razões da rejeição da Câmara Municipal para a realização de um concerto de ópera no Marco, alegadamente não dando qualquer resposta a esta meritíssima instituição. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Luís Vales** (PPD/PSD), como nota prévia, endereçou sentidas condolências às vítimas do acidente ocorrido numa das pedreiras do concelho, desejando-lhes uma rápida recuperação. -----

----Deixou uma saudação especial ao Grupo Cultural e Recreativo da Aldeia de Canaveses pelo magnífico evento de promoção do pão podre, doce típico de Sobretâmega. -----

----Em seguida, saudou o Presidente da Assembleia Municipal pela escolha da temática da violência para debate na Assembleia Municipal de Jovens, tema este também abordado pelo PSD na Assembleia Municipal, com um conjunto de propostas concretas que, infelizmente, foram ignoradas pelo Executivo Socialista. Atendendo às competências delegadas nesta área pelo Governo Central, questionou que medidas pretende o Executivo concretizar com vista à diminuição da incidência dos casos de violência doméstica e de violência no namoro no Concelho de Marco de Canaveses, e se já existe um programa estruturado, com medidas concretas, para intervenção neste grave problema social que a todos deverá preocupar. -----

----Fazendo referência à última edição da revista municipal intitulada “O meu Marco”, na qual a Presidente da Câmara Municipal, com toda a pompa e circunstância, propagandeia a conclusão das obras de eletrificação da Linha do Douro entre Caíde e o Marco de Canaveses como promessa de décadas finalmente cumprida, fez questão de clarificar que esta obra, depois de décadas de constantes adiamentos, cancelamentos e congelamentos por parte dos Governos liderados pelo Partido Socialista, foi finalmente adjudicada pelo Governo do PSD, que conseguiu a proeza de, mesmo com a presença da *troika*, ter realizado mais investimento público do que em quatro anos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 02
REALIZADA EM 26/04/2019

do atual Governo PS. -----

----Na sequência da recente aquisição de viaturas para renovar a frota automóvel da autarquia, declarou que embora o PSD considere vital este investimento, o Executivo Camarário deixou por cumprir o compromisso estabelecido no seu manifesto eleitoral, no sentido da aquisição de viaturas híbridas e elétricas para os serviços municipais, sendo este apenas mais um exemplo de que, ao contrário do que tem vindo a ser repetido paulatinamente, nem sempre a palavra dada resulta em palavra honrada. -----

----Deu nota de que também terá sido anunciado que em dois mil e dezanove finalmente avançarão as obras do PARU que o anterior Executivo do PSD deixou aprovadas e com financiamento garantido, sendo expectativa do Partido Social Democrata que o Executivo Camarário, numa perspetiva de futuro, tenha a arte e o engenho para as poder executar de forma eficiente, minimizando possíveis constrangimentos para a população Marcoense, aproveitando para questionar quais as medidas que o Executivo tem em vista para alcançar este objetivo. -----

----Face à proximidade das eleições europeias, deixou um apelo genérico ao voto, salientando a importância deste ato eleitoral. Não deixou de apelar também à memória dos Marcoenses, sendo que na revista municipal “O meu Marco”, o candidato pelo Partido Socialista a estas eleições, Pedro Marques, aparece ao lado da Presidente da Câmara, tendo este sido o Ministro das Infraestruturas do atual Governo responsável pelo cancelamento da obra do IC35 e pela promessa de composições ferroviárias que aparentemente nem serão utilizadas no Marco de Canaveses, e por um corte no investimento público sem precedentes, com manifestos prejuízos para o Marco de Canaveses, para a sua população, e para uma das regiões mais desfavorecidas do país. -----

----A este respeito, acrescentou ser também função da Câmara Municipal encontrar mecanismos para sensibilizar a população para que exerça o seu direito de voto nestas próximas eleições, escolhendo conscientemente os seus representantes no Parlamento Europeu, representantes estes



que não se esqueçam dos compromissos assumidos em sede de campanha e das reais necessidades dos seus eleitores. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Bruno Sérgio Moreira Caetano** (PS) manifestou a sua profunda discordância com as considerações finais da intervenção do deputado **Luís Vales**, argumentando que a Assembleia Municipal não será o fórum mais adequado para campanha eleitoral e apelo ao voto nas próximas eleições europeias. -----

----Felicitou a nova Comissão Política da JSD recentemente eleita, que será liderada por Francisco Sousa Vieira. Numa época em que os jovens parecem cada vez mais afastados dos assuntos políticos, realça-se ainda mais a ação e iniciativa destes jovens políticos no concelho. -----

----Congratulou-se com a iniciativa de descentralização das comemorações do vinte e cinco de abril, dando especial destaque à massiva adesão popular, e aproveitando para fazer referência à primeira utilização da tenda recentemente adquirida pelos serviços municipais, que certamente permitirá poupar alguns recursos anteriormente utilizados no aluguer de equipamentos similares. --

----Na sequência desta temática, perguntou se o Executivo Camarário tem em vista prosseguir esta iniciativa de descentralização de eventos relevantes do calendário nacional e concelhio. -----

----Congratulou-se com a reabertura da Linha do Douro, no dia um de abril, após intervenção de eletrificação do troço Caíde – Marco de Canaveses que se prolongou por quatro meses, indo ao encontro das expetativas dos Marcoenses, reiteradamente adiadas ao longo de décadas, ressaltando o estreito acompanhamento do desenvolvimento das obras pela Câmara Municipal. Questionou se já existe uma previsão para a chegada dos comboios elétricos ao Marco de Canaveses. -----

----Fez também referência ao facto de o Primeiro Ministro António Costa ter apresentado publicamente o plano de redução do tarifário de transportes para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, sendo que passarão a vigorar novos preços de passes multimodais, para



comboios urbanos e em viagens no território da CIM, além de um passe multimodal com um custo de quarenta euros (40€) para ligação à Área Metropolitana do Porto. Sublinhou a significativa redução de preços e o impacto que esta terá na vida dos Marcoenses, atendendo a que um passe mensal que atualmente custa oitenta euros e quarenta e cinco cêntimos (80,45€) passará a custar apenas quarenta euros (40€), o que resultará numa poupança indireta para as famílias Marcoenses, de acordo com o número estimado de assinaturas, na ordem dos cento e quarenta e cinco mil euros (145.000€) anuais, consubstanciando assim uma medida política de enorme justiça social. -----

----Para terminar, felicitou o Presidente da Assembleia Municipal pela escolha da atual e pertinente temática relativa à violência para debate na Assembleia Municipal de Jovens, manifestando a sua expectativa por uma sessão produtiva, na senda do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, e eventualmente com propostas úteis que possam vir a ser acolhidas pelo Executivo Camarário. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Mário Luís Monteiro** (CDS/PP), no uso da palavra, começou por se associar à saudação pela descentralização das comemorações da revolução de abril, que decorreram com enorme sucesso na Freguesia de Santo Isidoro e Livração, bem como pela escolha da temática da violência para debate na Assembleia Municipal de Jovens, aproveitando para expressar o seu orgulho por ter participado da Mesa que lançou esta iniciativa que se vem repetindo há vários anos. -----

----Na vertente desportiva, deu nota da realização da Final Four da Taça de Portugal de Andebol de Seniores, que irá decorrer em Várzea do Douro, nos dias vinte e cinco e vinte e seis de maio, sendo que pela primeira vez na sua história a Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada estará entre as equipas participantes. Agradeceu a colaboração da Câmara Municipal na organização deste evento, manifestando a sua satisfação pela conclusão das obras de reabilitação do Pavilhão de Várzea do Douro, agora com condições adequadas para receber esta importante



prova. -----

----Assinalou o sucesso do Campeonato Regional de Fundo do Norte de Portugal, que teve lugar no dia dezasseis de março e contou com seiscentos e nove atletas inscritos. -----

----Existindo o compromisso de criar no Marco de Canaveses uma pista de canoagem, manifestou a sua preocupação com o facto de a Autarquia de Vieira do Minho já ter encetado contatos com a Associação de Canoagem do Norte, manifestando-se disponível para construir este equipamento no seu território, caso o mesmo não venha a ser concretizado no Marco de Canaveses. Realçou que tal circunstância só vem comprovar que este é, de facto, um investimento que se traduz numa notória mais valia para a região, com potencial para um retorno económico significativo, como já acontece nas zonas da Aguieira e Montemor-o-Velho, além do aproveitamento das excecionais condições naturais do Marco de Canaveses para a prática desta modalidade. -----

----Associou-se às condolências às vítimas do acidente na pedreira em Alpendorada. -----

----Concluindo a sua intervenção, solicitou esclarecimentos acerca de uma carta aberta redigida por um dos bombeiros de Entre-os-Rios, queixando-se de alegadamente a corporação ter sido discriminada numa atividade realizada no Concelho de Marco de Canaveses. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Gil Fernando Mendes Rodrigues** (PPD/PSD), manifestando a expectativa de que esta sua intervenção não lhe venha a valer uma vez mais o epíteto de arrogante, o qual lhe foi surpreendente e injustamente atribuído em anterior sessão, perante a passividade do Presidente da Mesa da Assembleia. A este propósito, desafiou a Presidente da Câmara a fazer uma retrospectiva e a consultar o conteúdo das suas próprias intervenções na Assembleia Municipal nos dois últimos mandatos. -----

----Dito isto, congratulou-se com o facto de ter sido apontado como uma pessoa empenhada e elogiado pelo trabalho efetuado na campanha eleitoral, acrescentando ser um homem que luta intransigentemente por aquilo em que acredita, sem necessitar de qualquer outra contrapartida. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 02
REALIZADA EM 26/04/2019

---O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Joaquim Teixeira Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles (PPD/PSD), no uso da palavra, começou por se congratular com o sucesso das comemorações do vinte e cinco de abril realizadas na Freguesia de Santo Isidoro e Livração, enriquecidas pela presença e atuação da Banda de Música de Vila Boa de Quires, saudando o Executivo Camarário por esta iniciativa. Aproveitou este ímpeto para lançar o desafio ao Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de agendar uma sessão do órgão deliberativo na Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles. -----

---Agradeceu ao deputado **Américo Moreira** a referência positiva à iniciativa “Pintar de Verde” realizada na Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, que contou com a participação de cerca de sessenta jovens voluntários, para execução de limpeza de algumas artérias da freguesia, numa ótica sobretudo de sensibilização para a problemática do ambiente e para a não utilização dos plásticos. Expressou a sua gratidão aos voluntários e a todos aqueles que se associaram a esta iniciativa. -----

---Em seguida, manifestou esperança de que, de alguma forma, ainda será possível manter a Artâmega na Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, mediante um trabalho concertado entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. -----

---Sendo amplamente reconhecido o saneamento básico como uma das principais prioridades de investimento na sua freguesia, manifestou a sua preocupação com a situação verificada em Agrela, zona mais industrializada da Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, com efluentes a serem descarregados diretamente no Rio Bufa, desaguando posteriormente no Rio Tâmega. Neste sentido, questionou qual a solução que a Câmara Municipal prevê implementar para ultrapassar este passivo ambiental, solução esta eventualmente passível de resolver parte do problema na Tapada, Cruzinha, Quires e Barreiro. -----

---Chamando a atenção para uma fossa a céu aberto na Gaia de Cima, indicou já ter proposto à



Câmara Municipal a criação de uma estação elevatória na zona do Prado, por forma a que os efluentes fossem bombeados para S. Sebastião e daí direcionados para a ETAR de Maureles, pelo que solicitou *feedback* por parte da Câmara Municipal em relação a esta proposta. -----

---Referenciou ainda algumas necessidades da sua freguesia em termos de iluminação pública, nomeadamente na entrada da freguesia por Sobretâmega e na zona de Maureles, onde existe a intenção de criar um parque e miradouro. -----

---Por fim, questionou se existe algum desenvolvimento no que concerne à substituição da cobertura de amianto na Escola de Maureles, e se está prevista alguma intervenção neste estabelecimento escolar na próxima interrupção letiva, informação essencial para planificar desde já o próximo ano letivo. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Maria José Pinto Cerqueira**, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada (PPD/PSD), introduziu a sua intervenção apresentando o voto de pesar que seguidamente se transcreve. -----

---**Voto de Pesar** – *“Foi com profunda tristeza que no passado dia 13 de março os Marcoenses se viram confrontados com a triste notícia do falecimento do Dr. Bento de Fátima Miranda Marinho. A complexidade de sentimentos, mas sobretudo a surpresa e a incredulidade que a todos assolou, marcará em todos nós aquele fim de manhã do dia 13 de março de 2019.* -----

---*Ao longo da sua vida, o Dr. Bento Marinho deixou bem vincada a sua passagem em áreas tão diversas como o desporto, a vida empresarial e a gestão autárquica.* -----

---*Neste momento de consternação e dor, é nosso dever recordar a dimensão humana, profissional e cívica deste cidadão Marcoense, e deixar registo para memória futura, transmitindo o mais sentido pesar à família e amigos, que mais intensamente sentirão a sua ausência.* -----

---*Como autarca, merece que recordemos as funções desempenhadas como vereador e Vice-presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses no mandato de 2005-09, ocasião em*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 02
REALIZADA EM 26/04/2019**

que assumiu responsabilidades de gestão na área do urbanismo e das finanças municipais. No mandato seguinte, foi eleito e tomou posse como membro da Assembleia Municipal do Marco de Canaveses, tendo exercido esse cargo até 2011. -----

---Neste período, merece a nossa consideração a forma nobre e o mérito do seu desempenho, contribuindo de forma inegável para o desenvolvimento do nosso concelho. -----

---Na sua juventude, foi um atleta e praticante de desporto que honrou as cores das coletividades que representou, e onde construiu amizades para o resto da vida, tal como ficou bem vincado por ocasião das cerimónias fúnebres. -----

---Mais recentemente, a dedicação à causa pública levou a que assumisse responsabilidades na Santa Casa da Misericórdia de Marco de Canaveses, instituição onde exerceu funções ao nível dos corpos sociais, e onde colocou ao dispor os seus conhecimentos técnicos de economista. -----

---No mundo empresarial, foi sempre um inovador, e mesmo nos momentos mais difíceis, procurou ir ao encontro de novas soluções, assumindo novos desafios. -----

---Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, na sua reunião ordinária do dia 26 de abril de 2019, delibere: -----

---Aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento do Dr. Bento de Fátima Miranda Marinho, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

---Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste voto de pesar. -----

---Marco de Canaveses, 26 de abril de 2019 -----

---Os proponentes – Grupos Municipais e Mesa da Assembleia Municipal -----

---Em seguida, e enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, manifestou a sua profunda preocupação com o aumento inesperado do tarifário de recolha de águas residuais e limpeza de fossas, serviço prestado pela empresa Águas do Marco a que a



população da sua freguesia se vê obrigada a recorrer, face à inexistência de rede pública de saneamento. Indicou que no início do mês de março, os utentes deste serviço foram confrontados com um aumento de dez euros (10€) no serviço de limpeza de fossa, sentindo-se legitimamente revoltados por este brutal acréscimo num serviço que nem sequer é prestado de forma eficiente, por vezes decorrendo cerca de dois meses desde a solicitação até à efetivação do mesmo. -----

----Face ao exposto, sugeriu que seja a Câmara Municipal a suportar integralmente este aumento no tarifário, uma vez que a população da Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada não poderá ser duplamente penalizada pela inexistência de rede pública de saneamento, além de ser a única freguesia do concelho classificada como sendo de baixa densidade. -----

----Em seguida, indagou se o Executivo Municipal prevê iniciar no atual mandato a construção da nova ponte sobre o Rio Ovelha, em Várzea, tendo conhecimento de que o respetivo projeto estará a ser elaborado. Sublinhou que esta obra de ligação rodoviária seria de extrema importância para o desenvolvimento da Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, atendendo à proibição de circulação de veículos pesados pela Ponte de Várzea, a qual poderia adquirir caráter de passagem pedonal com a requalificação em curso da Ponte Românica do Arco, na Folhada, e com a construção desta via alternativa. -----

----Por fim, e na sequência da transferência da responsabilidade da gestão da água do depósito do Calvário (Folhada) para o Município de Marco de Canaveses, questionou quais as garantias que poderão ser dadas à população relativamente ao controlo de qualidade da água nesse mesmo depósito, o qual serve atualmente a sede da Junta de Freguesia, os sanitários públicos e o cemitério paroquial. Como nota final, realçou que a fatura de eletricidade referente ao contador do furo que abastece o depósito do Calvário da Folhada é atualmente suportada pela Junta de Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta às



questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal, e começando pela intervenção da deputada **Estela Freitas**, manifestou-se surpreendida pelo seu aparente desconhecimento das medidas que integram o projeto “#sucessoescolar”, atendendo às suas responsabilidades na área da educação, esclarecendo que ao contrário do que foi referido, não se trata apenas de uma iniciativa isolada, mas de um programa que engloba medidas concretas e abrangentes, cujos objetivos passam por reforçar o sucesso escolar, reduzir os níveis de abandono e absentismo escolar, prevenir, intervir e acompanhar os alunos no domínio psicossocial, fortalecer a intervenção na terapia da fala, estimular o desenvolvimento integral dos alunos na dimensão sociocultural, melhorar as condições físicas dos estabelecimentos escolares, enriquecer a ação social na escola, reforçar as atividades de enriquecimento curricular, promover estilos de vida saudáveis na alimentação e consolidar a educação inclusiva. Apontou algumas das medidas integradas neste projeto, como o acompanhamento de alunos que transitam do 1.º para o 2.º ciclo, através do programa de intervenção “Esta é a escola para onde eu vou”; inserção de pessoal não docente qualificado para acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais; intervenções nas instalações e equipamentos escolares; formação artística integrada nas atividades de enriquecimento curricular, com aulas de música e teatro ministradas pela Artâmega; Plano Municipal para a Vida Saudável; plano de acompanhamento de nutrição e promoção da prática do desporto; implementação das ementas saudáveis e formação a todas as colaboradoras das cozinhas e refeitórios; atividades lúdico-pedagógicas; aquisição de equipamentos de segurança para implementação de medidas de autoproteção; acompanhamento de terapia da fala; inclusão da canoagem na vertente desportiva; aquisição de *kits* de ciência para atividades experimentais; salas do futuro; aquisição de equipamentos de robótica; implementação do programa “Mentoring”, que consiste no acompanhamento do aluno por um tutor; apoio e capacitação do associativismo estudantil; promoção de orientação escolar vocacional e suporte na construção de projetos de vida,



através da realização da Mostra da Qualificação; realização de um seminário sobre educação inclusiva; desenvolvimento de atividades com os NEET – “Not in Education, Employment, or Training”, para criação de ambientes motivadores para jovens que não se encontram a trabalhar ou a estudar, visando a sua integração; Observatório do Tâmega e Sousa. Com esta extensa lista de projetos e medidas fez questão de sublinhar que, de facto, a potenciação do sucesso escolar nunca poderia depender apenas de uma única iniciativa, por mais meritória. -----

----Em relação à construção de um pavilhão em Alpendorada, manifestou-se plenamente ciente dos compromissos assumidos com os Marcoenses. Sobre a possibilidade de este novo pavilhão vir apoiar a atividade que tem vindo a ser desenvolvida pela ARCA, informou que a Câmara Municipal aprovou um protocolo de apoio à Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada no valor de vinte e sete mil, duzentos e cinquenta euros (27.250€), além de participar as despesas de água e eletricidade, bem como os encargos relativos ao funcionário ao serviço exclusivo da ARCA no pavilhão da escola onde se realizam os treinos. -----

----Por outro lado, fez notar que embora a requalificação do pavilhão gimnodesportivo de Várzea do Douro não estivesse incluída no programa eleitoral do Partido Socialista, foi recentemente realizado um investimento na ordem dos cem mil euros (100.000€) para a realização desta obra. Apontou ainda o investimento realizado em saneamento na zona do Torrão, que ascendeu a cerca de setecentos mil euros (700.000€), ou a colocação de um parque infantil inclusivo no Parque de Lazer de Alpendorada, obras que também não constavam do programa eleitoral apresentado. -----

----Declarou que em mandatos anteriores, e apesar das responsabilidades políticas que detinha, não tem recordação de a deputada **Estela Freitas** ter sido tão expedita a solicitar intervenções na sua Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão. -----

----Agradeceu ao Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração, o honroso e caloroso convite para que as comemorações do vinte e cinco de abril fossem descentralizadas e



realizadas na sua freguesia, o que veio a acontecer com enorme sucesso, pelo que louvou a qualidade do espetáculo e a dignidade da cerimónia, amplamente participada pela população. Mencionou que o convite apresentado pela Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração veio exatamente ao encontro da perspetiva do Executivo, de poder levar a celebração do vinte e cinco de abril às freguesias, descentralizando-a dos Paços do Concelho. -----

----Agradeceu as palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo, acerca da concretização do objetivo da Câmara Municipal de estabelecer parcerias com mais Juntas de Freguesia para instalação de Espaços do Cidadão, sendo que o novo Espaço do Cidadão da Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo será inaugurado no dia vinte e sete de abril, estando também perspetivada para um futuro próximo a inauguração de balcões similares em Constance e Vila Boa do Bispo. -----

----Apresentando alguns dados estatísticos referentes ao funcionamento dos Espaços do Cidadão, informou que o número de atendimentos aumentaram quarenta e seis vírgula quarenta e seis por cento (46,46%) de dois mil e dezassete para dois mil e dezoito, sendo que no segundo semestre de dois mil e dezoito contabilizaram-se dois mil, cento e trinta e um atendimentos. Face a estes números, congratulou-se com o facto de cada vez mais a população procurar estes espaços para usufruir de um conjunto de serviços de proximidade, aproveitando para relembrar alguns dos serviços disponibilizados em cada um dos Espaços do Cidadão, em que, entre muitos outros, os munícipes poderão renovar a carta de condução, apresentar despesas da ADSE, tratar de assuntos relativos a emprego e formação profissional, alterar a morada do cartão de cidadão, solicitar o Cartão Europeu de Seguro de Doença, ou submeter o IRS. -----

----Passando para a intervenção do deputado **José Reis**, assinalou que tendo este exercido durante largos anos funções como Presidente da Associação Empresarial do Marco – continuando atualmente como membro da Direção da Associação Empresarial – deveria ter um conhecimento



mais aprofundado do trabalho que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver no setor empresarial. Declarou que o objetivo primário da Câmara Municipal passa por garantir condições favoráveis à instalação de novas empresas, razão pela qual se está a proceder ao investimento na nova área empresarial de Constance, estando a ser elaborado o caderno de encargos para o concurso de infraestruturas básicas. Além disso, a Câmara Municipal está igualmente empenhada em garantir que as empresas já instaladas no território concelhio disponham das melhores condições, razão pela qual se está a proceder à reformulação do projeto de requalificação da área empresarial de Tuías, pretendendo-se que ainda no decurso de dois mil e dezanove possam iniciar as intervenções na zona industrial do Marco. -----

----Ressalvou que em anos anteriores, no período em que o deputado **José Reis** presidia à Associação Empresarial do Marco, várias foram as empresas que saíram do Marco de Canaveses ou que deixaram de se fixar no concelho por não terem um espaço adequado para a construção das respetivas instalações. Hoje em dia, este paradigma inverteu-se, sendo que o Município oferece garantias de estabilidade aos empresários locais e a todos aqueles que se desejem instalar no Marco de Canaveses. -----

----Recordou ainda a intervenção realizada na Rua Maria Gil, criando uma nova acessibilidade à zona industrial do Marco, numa área previamente classificada em PDM como área de expansão empresarial. -----

----Além do investimento em infraestruturas, abordou a parceria estabelecida com o AICEP para publicação de informação referente ao Concelho de Marco de Canaveses no *site* “Portugal Site Selection”, plataforma *web* que cobre até ao momento cinquenta e seis Municípios e fornece informação atualizada sobre áreas de implantação, disponibilidade de mão de obra e subcontratação, proximidade a infraestruturas rodoviárias ou portuárias e disponibilidade de serviços primários. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 02
REALIZADA EM 26/04/2019

---Frisou de igual modo que em mandatos anteriores, não tem memória de o deputado **José Reis**, na qualidade de Presidente da Associação Empresarial do Marco, ter apresentado projetos concretos em sede de Assembleia Municipal que visassem a defesa dos empresários do Marco ou a criação de condições para potenciar a fixação de novas empresas, pelo que não deixam de ser surpreendentes as questões ora colocadas sobre a atividade da Câmara Municipal nesta área, sendo que o Município tem um protocolo assinado com a Associação Empresarial e com esta tem vindo a trabalhar em estreita parceria, apontando como exemplos as iniciativas em prol do comércio tradicional, as animações levadas a cabo na quadra natalícia e na páscoa, o Festival da Francesinha, ou a 1.ª Feira dos Petiscos, integrada nas Festas do Marco. -----

---Passando para a intervenção do deputado **Américo Moreira** no referente à Artâmega, realçou que a possibilidade desta escola ter de abandonar as suas atuais instalações na Freguesia de Vila Boa de Quires não é uma situação nova ou recente, mas decorre de um problema que, de acordo com a Direção da Artâmega, se arrasta há pelo menos três anos. Esclareceu não ser por vontade própria, ou da Câmara Municipal, que a Artâmega eventualmente sairá da Freguesia de Vila Boa de Quires, estando antes a ser literalmente empurrada nesse sentido, por força da quezília que subsiste com o Pároco da freguesia, sendo que as suas normais atividades apenas foram desbloqueadas mediante a assinatura de um documento no qual a Direção da Artâmega assumia perante a Comissão Fabriqueira da Paróquia o compromisso de abandonar as instalações no final do presente ano letivo. Consequentemente, frisou não estar em causa uma decisão tomada de ânimo leve pela Direção da Artâmega, a quem muito confrange a possibilidade de terem de abandonar aquela que é orgulhosamente conhecida como a terra da música. -----

---Face às circunstâncias referidas, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses assumiu o compromisso junto dos órgãos sociais da Artâmega de encontrar uma solução para que a escola pudesse continuar o seu trabalho meritório em prol da comunidade, sendo que nos últimos meses



foi elaborado um projeto que previa a integração da Artâmega nas antigas instalações do Estádio Municipal, com regras bastante particulares e estritas, por forma a que a DGEstE possa continuar a facultar os contratos de patrocínio à Artâmega, visando o seu bom funcionamento. Vincou que o custo de implementação deste projeto poderá rondar um milhão de euros (1.000.000€), tendo este o objetivo exclusivo de conferir à Artâmega instalações condignas e adequadas às suas competências na área da formação artística e musical. -----

----No entanto, levando em consideração o prazo necessário para a execução e conclusão desta obra, uma vez mais a Câmara Municipal teve de antecipar uma solução, reunindo com o Presidente do Agrupamento de Escolas n.º 1 do Marco, com o objetivo de garantir que a Artâmega possa continuar a ocupar algumas salas da Escola Secundária, como tem vindo a fazer desde o ano letivo anterior. Referiu que tendo a Artâmega contratos de patrocínio válidos por um período de dois anos, a sua sustentabilidade financeira é garantida através do financiamento do Ministério da Educação, podendo assim melhorar ainda mais a qualidade dos serviços prestados à comunidade na área da formação artística. -----

----Consequentemente, manifestou todo o seu orgulho pelo facto de a Câmara Municipal se ter posicionado intransigentemente ao lado da Artâmega, contribuindo para a resolução deste problema herdado, não podendo por isso admitir que lhe sejam imputadas responsabilidades num processo que acompanhou já na sua fase final, e em que a Câmara Municipal não tem quaisquer responsabilidades na forma como a Artâmega se viu empurrada para fora das atuais instalações, na Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles. -----

----Relativamente à participação da Câmara Municipal na iniciativa “Pintar de Verde”, levada a cabo na Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, fez questão de sublinhar que o Município se associou a esta através da representação do Vice-presidente, Mário Bruno Magalhães, defendendo inclusivamente a validade e o mérito de campanhas de sensibilização e iniciativas similares em



prol do ambiente promovidas pelos mais jovens, às quais a Câmara Municipal naturalmente se associa. Felicitou o sucesso desta iniciativa amplamente participada, que poderá servir de mote para que em outras freguesias possam nascer ações de sensibilização e preservação ambiental semelhantes. -----

----Revelou não ter conhecimento acerca da informação sobre o Círculo de Ópera do Porto, pelo que encarregará os serviços de avaliarem esta situação. -----

----Dando nota, no entanto, da proatividade da Câmara Municipal na vertente cultural, indicou que em dois mil e dezanove o Marco de Canaveses irá acolher pela primeira vez um Festival de Jazz, além de três concertos da Orquestra do Norte. -----

----Respondendo ao deputado **Luís Vales** naquilo que foi a sua referência à problemática da violência doméstica, começou por relembrar que a Câmara Municipal tem agora um conjunto de competências delegadas nesta área, de acordo com o Decreto-lei n.º 39/2019, de quatro de março, nomeadamente no que concerne ao funcionamento do Conselho Municipal de Segurança. Neste sentido, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses tem desde já definido um conjunto de propostas e ações, a começar pelo protocolo de colaboração celebrado com o Conselho Local de Ação Social e com a Comarca do Porto – Este para acompanhamento de situações de violência doméstica, pelo que todas as situações reportadas pelas diversas entidades serão englobadas neste plano de ação e acompanhadas de perto pelo Gabinete de Ação Social do Município. -----

----Sublinhando o trabalho a que o deputado **Luís Vales** se prestou ao rebuscar as propostas constantes do programa eleitoral do Partido Socialista nas últimas eleições autárquicas, declarou que se é verdade que alguns dos compromissos assumidos neste extenso programa para o mandato ainda não foram cumpridos, também é verdade que muitos outros são já uma realidade, além de algumas das intervenções anteriormente mencionadas, que nem sequer constavam do programa eleitoral e que, mesmo assim, foram executadas. -----



----Afirmou que a referência à aquisição de viaturas híbridas é um claro manifesto da incapacidade da Oposição em encontrar falhas tangíveis e relevantes à execução do programa eleitoral do Partido Socialista. -----

----No que se refere à aquisição de viaturas de trabalho e equipamentos diversos – serras de fita, orladora de fita, cisternas, um braço para trator, um palco, uma tenda, entre outros – revelou que o objetivo primordial foi conferir aos colaboradores da Câmara Municipal as condições de que nem sempre dispuseram no passado, para poder corresponder de forma eficiente às necessidades das freguesias e por consequência da população. -----

----Não descurando as alegadas preocupações ambientais e orçamentais do deputado, sublinhou que o atual Executivo despense muito menos recursos financeiros em combustíveis, uma vez que esta aquisição passou a ser efetuada por concurso, algo que não acontecia em mandatos anteriores, e que resultou numa poupança deveras significativa. -----

----Respondendo ao deputado **Bruno Caetano**, revelou ser intenção da Câmara Municipal continuar a descentralizar algumas das atividades mais relevantes, de modo a aproximá-las cada vez mais das diversas freguesias. -----

----Quanto à questão relacionada com a eletrificação da Linha do Douro no troço entre Caíde e Marco de Canaveses, informou que os comboios elétricos começarão a circular a partir do mês de junho, sendo que durante o mês de maio irão decorrer os necessários procedimentos para certificação da linha, realizados por entidade externa. -----

----Ainda na temática dos transportes, manifestou o seu profundo orgulho pela medida introduzida pelo Governo Central liderado pelo Partido Socialista, denominada Programa de Apoio à Redução do Tarifário (PART), que concederá aos Marcoenses e cidadãos do território da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa a oportunidade de viajar para o Porto com um passe que custará somente quarenta euros (40€), sendo que o passe para circulação interna na cidade do



Porto terá um custo de vinte euros (20€), registando-se em alguns casos uma redução de até setenta por cento (70%) no custo destes passes, com um impacto bastante significativo no orçamento de várias famílias Marcoenses. -----

---Em resposta ao deputado **Mário Luís**, começou por agradecer o reconhecimento que este, ao contrário da deputada **Estela Freitas**, faz ao apoio que a Câmara Municipal presta à prática desportiva na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, e nomeadamente à Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada. A este propósito, mencionou ser graças ao mérito desportivo e aos títulos alcançados por esta associação que foi possível o Marco de Canaveses acolher a Final Four da Taça de Portugal de andebol em Alpendorada, Várzea e Torrão, limitando-se a Câmara Municipal a compartilhar esta iniciativa com oito mil euros (8.000€), valor simbólico para aquilo que tem sido a imensurável valia dos títulos que a ARCA tem alcançado. ----

----Garantiu que a Câmara Municipal, através do Pelouro do Desporto, continua a trabalhar afincadamente em prol da concretização do projeto da pista de canoagem no Marco de Canaveses, acreditando ser um projeto que muito irá valorizar e projetar o concelho no panorama nacional e internacional. -----

---Em relação à carta aberta à Presidente da Câmara Municipal que estará a circular, redigida pelo 2.º Comandante dos Bombeiros Voluntários de Entre-os-Rios, manifestando o seu descontentamento pelo facto de esta corporação não ter sido convidada para um simulacro que se realizou no espaço de implantação intermunicipal da Barragem do Torrão, começou por esclarecer ser da responsabilidade da Autoridade Nacional de Emergência e de Proteção Civil, enquanto autoridade supramunicipal, promover, coordenar e comandar exercícios que envolvam agentes locais de Proteção Civil. Além disso, clarificou que o exercício em causa não era mais do que uma validação a medidas de autoproteção da Barragem do Torrão, solicitado pela entidade proprietária (EDP), não se enquadrando este no âmbito das iniciativas promovidas e organizadas pelo Serviço



Municipal de Proteção Civil. -----

----Mais informou ter remetido uma carta ao Comandante dos Bombeiros Voluntários de Entre-os-Rios, com conhecimento do Comandante Operacional Distrital do Porto, como resposta à carta aberta mencionada, dando conta de que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses e o seu Serviço de Proteção Civil têm pelos Bombeiros Voluntários de Entre-os-Rios o máximo respeito, sendo que estes não foram convidados para o exercício referenciado por decisão estritamente técnica, uma vez que as entidades envolvidas foram tão somente as operacional e territorialmente competentes e os recursos mobilizados foram os adequados e suficientes para o objetivo proposto, de validação de medidas de autoproteção. Nesta carta também se pode ler que sem prejuízo da liberdade que assiste a cada cidadão para se exprimir livremente, quaisquer desenvolvimentos institucionais ou operacionais deste ou de outro assunto continuarão a ser tratados pela Câmara Municipal, dentro daquilo que é o respeito institucional, através dos canais de comunicação próprios e das sedes competentes, as quais, de resto, deveriam ter sido utilizadas desde início no concernente à situação relatada. -----

----Congratulou o deputado **Gil Rodrigues** pelo exercício de autocritica que realizou às suas próprias intervenções em sede de Assembleia Municipal. -----

----Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, informou que na próxima semana serão colocadas a concurso as intervenções na Escola da Barroca e na Escola da Esperança, não estando prospetivada nenhuma intervenção na EB1 de Maureles na próxima interrupção letiva. -----

----Lembrando as responsabilidades políticas que o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles exerce, assumindo estas funções há mais de doze anos, estranhou que só no atual mandato considere pertinente falar sobre fossas a céu aberto e efluentes a desaguar no Rio Bufa, situações que se verificam há largos anos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 02
REALIZADA EM 26/04/2019

----Associou-se ao voto de pesar apresentado pela Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, pelo falecimento do Dr. Bento Marinho, partilhando com a Assembleia o profundo respeito por esta figura marcante do panorama político Marcoense. -----

----Relativamente à Ponte do Arco, e comprometendo-se a endereçar à Presidente de Junta informação mais detalhada, informou ser intenção da Rota do Românico preservar este património antigo, o que implicaria a construção de uma nova ponte por onde possa circular o trânsito. -----

----Já em relação à Ponte de Várzea, o desenvolvimento do projeto estava dependente da emissão de um parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, entretanto rececionado nos serviços da Câmara Municipal, pelo que se perspetiva que o projeto possa ser executado em breve. -----

----O Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Mário Bruno Magalhães**, em complemento, e começando pelas questões colocadas pelo deputado **Fernando Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, declarou que a situação do saneamento na zona de Agrela está a ser estudada, atendendo às circunstâncias específicas de se tratar fundamentalmente de saneamento industrial. -----

----Deu a conhecer um pouco daquilo que tem sido o vasto investimento que a Câmara Municipal tem realizado para ir ao encontro das pretensões dos Presidentes de Junta em matéria de iluminação pública, garantindo que as necessidades elencadas para a Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles serão igualmente consideradas. -----

----Respondendo à intervenção da deputada **Maria José Cerqueira**, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, declarou que embora a Câmara Municipal não necessite de agradecimentos formais por parte dos Presidentes de Junta, seria certamente positivo o reconhecimento por tudo aquilo que a Câmara Municipal tem realizado em prol da população da sua freguesia, e nomeadamente no Caminho de Fundo de Vila, na Rua Nova do Pinheiro, na Travessa do Cabo, no Caminho de Trás do Outeiro, no Caminho da Melhora, no Caminho da



Cancela, no Caminho do Souto ou no Caminho das Gordeiras. Alegando que no passado a Presidente da Junta de Freguesia manifestou o seu agrado e agradecimento à Câmara Municipal por bem menos, referiu que a população certamente estará satisfeita e saberá reconhecer o facto de as transferências para obras na Junta de Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada terem aumentado quarenta e oito por cento (48%). -----

----Relativamente à questão do depósito de água na Folhada, deu nota de uma missiva da empresa concessionária Águas do Marco, datada de catorze de fevereiro do corrente ano, que expressava a intenção de proceder ao encerramento, com notificação à ERSAR, do sistema de abastecimento de água em Folhada (Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada), por alegadamente não existir qualquer instalação atualmente servida por este sistema. De imediato foram dadas instruções aos serviços técnicos da Câmara Municipal para retransmitirem esta informação à Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, que após uma visita técnica ao local, terá inclusivamente manifestado a intenção de agendar uma reunião com o Dr. Mário Costa, da Águas do Marco, para abordar este assunto. -----

----Deixou claro que o Executivo Camarário discorda desta solução de encerrar o sistema de abastecimento de água anteriormente referido, encarando como de maior pertinência a sua ampliação para servir uma área mais abrangente da freguesia. -----

----Explicou que o serviço de limpeza de fossas através de trator não integra o objeto do contrato de concessão celebrado entre a Câmara Municipal de Marco de Canaveses e a Águas do Marco. Não obstante este facto, a Câmara Municipal remeteu à Administração da Águas do Marco um comunicado manifestando o seu desagrado com o aumento aplicado às tarifas deste serviço. No entanto, a empresa concessionária terá argumentado que o tarifário deste serviço possui uma estrutura complexa, com condicionantes que variam grandemente ao longo do território – não existindo um tarifário universal para todas as freguesias do concelho – além de permanecer



inalterado desde período anterior à negociação do contrato de concessão com o Município. -----

----Ressalvando não estar a defender de forma alguma o aumento da tarifa, explicou que a mesma é calculada com base no número de quilómetros que dista entre a sede do Concelho de Marco de Canaveses e a sede da Junta de Freguesia do requisitante do serviço, o que não se traduz num critério justo e equitativo para toda a população. Porém, sublinhou uma vez mais que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses não tem qualquer responsabilidade na aplicação deste tarifário – com o qual a própria entidade reguladora (ERSAR) discorda – o qual assenta numa estrutura anterior à negociação do contrato de concessão. Não obstante o facto de os preços usualmente praticados em concelhos vizinhos serem ainda mais elevados, declarou que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses não poderá ser conivente com a decisão de alterar um tarifário sem auscultação prévia do Município. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Gil Fernando Mendes Rodrigues** (PPD/PSD), no uso da palavra, fez uma interpelação à Mesa a respeito da condução dos trabalhos, indicando que a Bancada do PSD utilizou cento e cinquenta e seis por cento (156%) do tempo que lhe era concedido para intervenção neste período de antes da ordem do dia – com quatro minutos gastos para apresentação de um voto de pesar subscrito por todos os Grupos Parlamentares – enquanto o Executivo utilizou mais de trezentos por cento (300%) do tempo que lhe foi disponibilizado para resposta. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Joaquim Teixeira Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles (PPD/PSD), suscitando uma vez mais a questão da Artâmega, e na sequência das declarações proferidas pela Presidente da Câmara Municipal, aproveitou para agradecer publicamente todo o empenho do Executivo na resolução deste problema, bem como na efetivação dos protocolos com o Ministério da Educação, que potenciaram a atividade da Artâmega. Sendo verdade que esta é uma situação que já se arrasta sem



resolução há três anos e que o atual Executivo Camarário acabou por herdar, tal facto não foi suficiente para fazer desvanecer a esperança que sempre alimentou e que continua a acalantar, de ver a Artâmega permanecer na Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles. -----

----Face à dimensão do investimento estimado para as eventuais novas instalações da Artâmega no Complexo do Estádio Municipal, indagou se a Câmara Municipal estaria na disposição de realizar esse mesmo investimento, a rondar um milhão de euros (1.000.000€), na Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, caso a Junta de Freguesia encontre um terreno adequado para construção, defendendo que a Artâmega deveria continuar sedeadada naquela que é reconhecida como a terra da música e que a população da sua freguesia merece todo o esforço e empenho nesse sentido. -----

----Por outro lado, mostrou-se profundamente magoado pelas afirmações proferidas pela Presidente da Câmara Municipal, visto que esta é plenamente conhecedora das intervenções que ao longo dos anos foi tendo na Assembleia Municipal acerca do problema do saneamento, em particular na sua freguesia, identificando pontos críticos em que os esgotos corriam a céu aberto e inclusivamente votando contra um Orçamento da Câmara Municipal por este não contemplar intervenções na rede de saneamento na sua freguesia, pelo que é totalmente falso que só agora, no atual mandato, este assunto esteja a ser suscitado. -----

----Aditou que fruto das suas preocupações recorrentes sobre este tema, e em particular no que respeita à defesa da sua freguesia, chegou a levar o SEPNA à referida fossa na Agrela, fazendo com que a Câmara Municipal, à data liderada pelo seu Partido, fosse multada em cerca de cento e cinquenta mil euros (150.000€). -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Maria José Pinto Cerqueira**, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada (PPD/PSD), corrigindo a informação prestada pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, deu nota de que a informação da Águas do Marco referente ao depósito de água do Calvário da Folhada apenas faz referência a que este sistema não procede ao



abastecimento de qualquer estabelecimento escolar, uma vez que tanto a EB1 como o JI da Corredoura foram encerrados. No entanto, a sede da Junta de Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, o cemitério paroquial e os sanitários públicos continuam a ser servidos por este depósito de água, daí a preocupação relativamente aos procedimentos para controlo de qualidade da água. --

----O Presidente da Assembleia Municipal, **Jorge Francisco Vieira**, respondendo à interpelação do deputado **Gil Rodrigues**, agradeceu a chamada de atenção relativamente à distribuição dos tempos para intervenção, salientando que a condução dos trabalhos assenta nos princípios do Regimento aprovado por unanimidade pela Assembleia Municipal, cujas regras deverão ser respeitadas de igual forma por todos os deputados que integram este órgão. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira**, fez notar, para referência futura da própria Mesa, que nenhuma das três intervenções efetuadas por membros da Assembleia teve por objetivo colocar questões adicionais à Câmara Municipal, mas apenas efetuar esclarecimentos ou considerandos de diversa ordem, em violação do estatuído no Regimento da Assembleia Municipal. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Joaquim Teixeira Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles (PPD/PSD), alegando ter apresentado os esclarecimentos que entendeu pertinentes e necessários, recordou ter deixado uma questão muito concreta à Câmara Municipal, sobre a sua disponibilidade para investir na Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles caso seja encontrado um terreno com condições para vir a acolher as novas instalações da Artâmega. -----

----O **Presidente da Mesa da Assembleia** chamou a atenção para o art.º 31.º do Regimento da Assembleia Municipal, que refere exatamente que o uso da palavra para esclarecimentos se limita à formulação concisa da pergunta sobre a matéria em dúvida, até um máximo de dois minutos de intervenção. -----



---Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Mesa** colocou à votação o voto de pesar pelo falecimento do Dr. Bento Marinho, subscrito por todas as Bancadas Parlamentares, o qual foi **aprovado** por unanimidade. Em cumprimento da deliberação anterior, a Assembleia Municipal passou a guardar um minuto de silêncio em memória do Dr. Bento Marinho. -----

---**PONTO DOIS – Período de Intervenção do Público, nos termos do n.º 1 e 6 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e n.º 3 do art.º 18.º e dos art.º 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal.** -----

---O Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, solicitou inscrições por parte do público, tendo-se inscrito os seguintes munícipes, cujas intervenções são em seguida resumidas: -----

---O Munícipe **Samuel Pedro Vieira**, no uso da palavra, começou a sua intervenção por assinalar que nos doze anos dos mandatos em que a Câmara Municipal foi liderada pelo Partido Social Democrata, pouco ou nada se falou sobre a área da educação nas sessões da Assembleia Municipal, sendo que invariavelmente as questões colocadas pelos Presidentes das Juntas de Freguesia não eram cabalmente respondidas pela Vereadora com o Pelouro da Educação. Congratulou-se com a visível mudança de paradigma neste campo, com uma crescente valorização da educação, materializada em medidas concretas como a contratação de técnicos especializados para acompanhar os alunos com necessidades educativas especiais e a requalificação do parque escolar. -----

---Saudou todos os intervenientes na organização e realização da Feira do Pão Podre na Aldeia de Canaveses, que contou com o apoio da Câmara Municipal. -----

---Relativamente à eletrificação da Linha do Douro, solicitou um esclarecimento acerca da força política responsável pelo lançamento de um concurso público, na ordem dos seis milhões de euros (6.000.000€), que não contemplava intervenções de modernização nas estações e apeadeiros, com claro prejuízo para os utentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 02
REALIZADA EM 26/04/2019

---Assinalou a clara diferença entre o modelo de atuação do Executivo atual, que apostou no investimento em máquinas e equipamentos, e o anterior Executivo, em que eram recorrentes as solicitações não correspondidas por inexistência ou inoperância de máquinas para realização de serviços essenciais nas freguesias. Saudou também a poupança realizada ao nível da aquisição de combustíveis, acrescentando que seria interessante para os Marcoenses que se fizesse um cálculo dos gastos com combustíveis e motoristas nos três mandatos autárquicos anteriores. -----

---Relativamente ao troço da EN211, de ligação a Paços de Gaiolo, frisou que ao contrário do que o deputado Luís Vales deixou transparecer, a obra não foi esquecida, estando a sua execução apenas dependente de emissão do parecer da Agência Portuguesa do Ambiente. -----

---Congratulou-se com a iniciativa do Governo Socialista no que respeita à redução das tarifas dos passes intermodais, bem como com a iniciativa Camarária de integração de colaboradores com vínculo laboral precário, também na sequência de uma alteração legislativa introduzida pelo Governo do Dr. António Costa. -----

---Em relação às questões sobre abastecimento de água e saneamento suscitadas em particular por alguns dos Presidentes de Junta, solicitou à Presidente da Câmara que avivasse a memória dos presentes, lembrando quem foram os verdadeiros responsáveis pela rescisão unilateral do contrato de concessão, com graves prejuízos no que concerne ao acesso a fundos comunitários para investimentos no alargamento das redes públicas de água e saneamento, à data com o voto favorável de alguns dos elementos que ainda integram a Assembleia Municipal. -----

---Relativamente à questão da Ponte do Arco, chamou a atenção para o descontentamento gerado na população pelo estado em que se encontra a via de acesso, em terra batida. -----

---Em relação à Artâmega, e tendo ficado esclarecido que esta terá que sair das instalações em que se encontra, não por iniciativa própria, mas por pressão da Comissão Fabriqueira da Paróquia, declarou que o período de tempo em que esta situação se arrasta já teria sido mais do que



suficiente para encontrar uma solução alternativa na própria Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, em vez de tentar agora alcançar uma solução apressada e de recurso, além da tentativa de atribuir à Câmara Municipal responsabilidades indevidas sobre esta matéria. -----

---O Município **António Branco**, no uso da palavra, fez referência a uma empreitada lançada para extensão de uma rede de abastecimento de água, com um investimento estimado em cerca de cento e trinta mil euros (130.000€). No entanto, estando ainda por dirimir o diferendo com a empresa concessionária Águas do Marco, e tendo em consideração as verbas já pagas a sociedades de advogados para representarem o Município de Marco de Canaveses neste processo, questionou a pertinência de a Câmara Municipal investir por conta própria na rede pública de abastecimento de água, embora compreendendo tratar-se de uma necessidade básica da população. -----

---Em seguida, solicitou informações sobre o endividamento municipal, sobre o ponto de situação do Orçamento Participativo Jovem, e sobre a periodicidade dos comboios elétricos que circularão na Linha do Douro. -----

---Por fim, suscitou uma vez mais a questão da colocação de um quadro informativo com o horário de funcionamento do Cemitério Municipal. -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira**, em resposta às interpelações dos munícipes, e começando pela intervenção do munícipe **Samuel Vieira**, ressaltou que a Câmara Municipal está tão somente a realizar o trabalho que lhe compete, em prol de uma educação de qualidade no concelho, indo ao encontro dos compromissos assumidos com os Marcoenses por altura das eleições autárquicas ocorridas em outubro de dois mil e dezassete. A este propósito, mencionou as várias intervenções realizadas em estabelecimentos escolares ao longo do concelho, com especial enfoque nas coberturas de amianto e na eficiência energética. Acrescentou que os projetos prospetivados para a interrupção letiva do verão, para requalificação da EB1 da Barroca e EB1 da Esperança, implicarão um investimento de cerca de meio milhão de



euros (500.000€). -----

----Face ao exposto, deu conta do orgulho do Executivo por todo o trabalho que tem vindo a ser feito na área da educação, um trabalho diário e empenhado, em estreita articulação com as Juntas de Freguesia, visando a melhoria do ensino, a criação de condições mais atrativas nos espaços escolares e a promoção do sucesso escolar. -----

----Corrigindo a referência do munícipe, sendo que a via citada não faz ligação a Paços de Gaiolo, mas sim entre Quintã e Mesquinhata, explicou existir a garantia de que a obra, estimada em quase quatro milhões de euros (4.000.000€), irá arrancar no próximo ano, após os normais procedimentos concursais e necessária emissão de parecer vinculativo favorável por parte da Agência Portuguesa do Ambiente. -----

----Sublinhou igualmente o papel do Partido Socialista no Governo, na só naquilo que foi a intervenção nas infraestruturas ferroviárias, no que concerne à eletrificação da Linha do Douro, mas também na oportunidade conferida aos utentes, de poderem utilizar estes transportes públicos a um preço mais acessível, com reflexos significativos nos orçamentos de muitas famílias Marcoenses e dos restantes concelhos da Comunidade Intermunicipal. -----

----Frisou que esta medida implementada pelo Governo Socialista, e que entrará em vigor no mês de maio, foi cabalmente estudada pelos Presidentes de Câmara da Comunidade Intermunicipal, com os inestimáveis contributos dos técnicos no terreno, com o objetivo de formular uma verdadeira política de transportes públicos que vá ao encontro das necessidades da população. -----

----Relativamente ao diferendo com a empresa concessionária Águas do Marco, e apesar de este ser um *dossier* com vários anos, herdado pelo atual Executivo, recordou que o processo negocial tendente à cessação do contrato de concessão foi severamente prejudicado e atrasado em cerca de seis meses por um episódio recente, quando o Vereador do PSD António Dias, de forma irresponsável e inconsequente, decidiu interpor uma ação judicial contra a Câmara Municipal,



colocando em causa o procedimento para contratação de uma sociedade de advogados para representação do Município neste processo, ação esta que veio a ser ganha em toda a linha pelo Município de Marco de Canaveses. -----

---Aproveitou para também saudar o sucesso da Feira do Pão Podre, à qual a Câmara Municipal de Marco de Canaveses se associou. -----

---Passando para a intervenção do munícipe **António Branco**, fez questão de esclarecer que as verbas mencionadas, utilizadas em representação de advogados no processo com a Águas do Marco, foram despendidas pelo anterior Executivo, que contratou um gabinete de advogados sem recurso a qualquer procedimento concursal, sem alcançar os objetivos propostos, subsistindo um problema que ainda condiciona gravemente a realidade do Concelho de Marco de Canaveses. -----

---Sobre o Orçamento Participativo Jovem, informou que até à data em que concluiu o prazo estipulado (vinte e nove de março), foram rececionadas oito candidaturas em diversas áreas, as quais serão alvo de uma análise prévia por parte de uma comissão técnica, que decorrerá até ao dia trinta e um de maio. Posteriormente, a votação das propostas terá lugar entre os dias três e vinte e dois de junho, com as propostas vencedoras a serem anunciadas no dia doze de julho. -----

---Concluindo a sua intervenção, declarou que só uma pessoa muito desatenta poderia ir ao encontro da opinião veiculada pelo munícipe **António Branco**, sublinhando as claras melhorias introduzidas com a eletrificação da Linha do Douro e com a mudança de paradigma que se verifica ao nível dos transportes públicos através do programa PART do Governo do Partido Socialista, pelo que definitivamente as coisas estão longe de permanecerem iguais, conforme referido. -----

---O Vice-presidente **Mário Bruno da Silva Magalhães**, em complemento, informou que está a ser tratada a questão referente à colocação de uma placa informativa com o horário de funcionamento do Cemitério Municipal. No entanto, fez questão de ressaltar que um colaborador da Câmara Municipal está exclusivamente adstrito ao Cemitério Municipal, presente a tempo



inteiro para garantir a abertura deste espaço. -----

----Em relação às referências feitas pelo munícipe **Samuel Vieira** sobre a área da educação, informou que nestes primeiros quatro meses de dois mil e dezanove já foram executados dois milhões e quatrocentos mil euros (2.400.000€) em obras de beneficiação do parque escolar. -----

----Concluindo a sua intervenção, focou a intenção da Câmara Municipal de ir ao encontro das necessidades e expetativas dos cidadãos, intenção esta que fica clara nos atendimentos públicos que são realizados nas freguesias em base semanal. -----

----Quando eram dez horas e cinquenta minutos, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, anunciou a interrupção dos trabalhos para um intervalo de dez minutos. -----

----Retomando-se os trabalhos às onze horas, o Presidente da Mesa passou de imediato ao **Ponto Três, Ponto Um** da Ordem de Trabalhos. -----

----**PONTO TRÊS – Período da Ordem do Dia.** -----

----**PONTO TRÊS, PONTO UM – Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalet Cardoso Vieira**, escusando-se a tecer considerações adicionais sobre a informação escrita previamente distribuída pelos membros da Assembleia, colocou-se à disposição para responder às perguntas tidas por pertinentes. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Celso Santana**, Presidente da Junta de Freguesia do Marco (PS), focando aquilo que são as preocupações transversais em relação ao ambiente, agradeceu a colaboração da Câmara Municipal na colocação de três papeleiras junto à Estação do Marco e de dez papeleiras para recolha de pequenos resíduos no Parque de Lazer da Cidade. -----

----Uma vez que a deposição indevida de resíduos nas ruas tem aumentado significativamente desde que se instalou na cidade um restaurante McDonald's, lançou o desafio à Câmara Municipal



e a todos os Presidentes de Junta de Freguesia, no sentido de promover uma campanha concertada de sensibilização sob o mote “Lixo na rua, não”, através da colocação de *outdoors* e com a participação das escolas e empresas locais, frisando que o território concelhio tem ecopontos e contentores de resíduos suficientes para poder encarar de frente o objetivo de reduzir drasticamente a quantidade de lixo espalhado nas bermas e nas ruas. Destacou que em especial as novas gerações, das quais depende o futuro do planeta, deverão ser consciencializadas e sensibilizadas para a necessidade de preservação do meio ambiente, para benefício próprio e das gerações vindouras. -----

----Defendeu a abrangência da ação de sensibilização sugerida, de modo a que esta possa incidir também sobre as pontas de cigarro e as pastilhas elásticas que também proliferam pelas ruas. -----

----Enquanto membro do Conselho Municipal de Segurança, agradeceu a campanha de sensibilização encetada pela Câmara Municipal junto dos estabelecimentos comerciais e de diversão noturna, relativamente ao consumo de bebidas alcoólicas, apelando a que em futuras campanhas – preferencialmente mais alargadas e com maior periodicidade – sejam integradas ainda mais entidades. Congratulou-se com a receptividade do público alvo, mais jovem, no referente às informações úteis transmitidas pela Delegada de Saúde, pelo Comandante do Posto da GNR e pela própria Presidente da Câmara Municipal, bem como pela sensibilidade evidenciada pelos comerciantes em matéria de comercialização de bebidas alcoólicas. -----

----Na conclusão da sua intervenção, questionou se existem desenvolvimentos em relação ao processo de licenciamento da Praia da Pontinha. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Marta Regadas** (PS) centrou a sua intervenção em algumas ações promovidas pelo Executivo na área social, enaltecendo a renovação do protocolo de cooperação “Rede de Municípios Solidários com as Vítimas de Violência Doméstica”, entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de



Género. Este protocolo, inscrito no Plano de Ação para a Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica, integra a estratégia nacional para a igualdade e não discriminação “Portugal Mais Igual”, e visa garantir a efetiva resposta às necessidades de habitação das mulheres que se tornam autónomas após permanência em estruturas de acolhimento de emergência e casas de abrigo integradas na Rede Nacional. -----

----No âmbito da renovação deste protocolo, o Município de Marco de Canaveses compromete-se a incluir nas suas prioridades a atribuição de fogos de habitação social às vítimas de violência doméstica sinalizadas para acolhimento de emergência, ou a disponibilização para arrendamento a baixo custo de outros fogos que detenha no seu património, além de prestar apoio às vítimas, no domínio das competências dos serviços de ação social, na procura de habitação no mercado de arrendamento. Importa referir que de acordo com o estudo levado a cabo pelo Gabinete de Ação Social, o parque de habitação social do Município é atualmente composto por oitenta e uma habitações, realçando-se o trabalho desenvolvido numa ótica de redefinição da estratégia local de habitação, em parceria com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), perspetivando-se que este parque venha a ser alargado, de modo a dar resposta eficaz a um maior número de famílias comprovadamente carenciadas. -----

----Em linha com as crescentes preocupações do Executivo na área social, e sendo abril o mês de prevenção dos maus tratos na infância, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens associaram-se à campanha de sensibilização promovida pela Comissão Nacional de Crianças e Jovens em risco, sob o lema “Serei o que me deres, que seja amor”, cujo objetivo passava por apelar à consciencialização das famílias e de toda a comunidade para a importância da prevenção dos maus tratos na infância, contribuindo para o fortalecimento dos laços familiares, no sentido de uma parentalidade cada vez mais positiva. De salientar a simbólica colocação dos laços azuis – símbolo da prevenção dos maus tratos infantis – no edifício



da Câmara Municipal e do Marco Fórum XXI, sede da CPCJ em Marco de Canaveses, e a realização de um laço azul humano no Estádio Municipal, no dia trinta de abril, com a colaboração dos alunos dos Agrupamentos de Escolas do concelho, ação com que se encerrarão formalmente as atividades deste mês ligado à prevenção dos maus tratos na infância. -----

----Destacou ainda o Balcão de Inclusão, a implementar na sequência do protocolo de cooperação entre o Município de Marco de Canaveses e o Instituto Nacional para a Reabilitação, o qual pretende garantir uma linha de comunicação ao Balcão de Inclusão deste instituto, por forma a melhor responder às necessidades e direitos das pessoas portadoras de deficiência. -----

----Realce ainda para o protocolo de colaboração estabelecido entre o Município de Marco de Canaveses, a Associação Salvador e a Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas, parceria que culminará no desenvolvimento e implementação do projeto “Juntos pela CERCIMARCO e pela Associação Salvador”, que visa a realização de iniciativas de sensibilização para o respeito e inclusão de pessoas portadoras de deficiência. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **António Adão Silveira Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães (PS), no uso da palavra, começou por felicitar o Executivo da Câmara Municipal pelo projeto piloto de Teleassistência que está a ser desenvolvido em três freguesias do concelho, entre as quais a Freguesia de Soalhães, através do Centro Social de S. Martinho de Soalhães. Manifestou o seu desejo de que este projeto de acompanhamento da população sénior possa continuar a ter sucesso e ser alargado às restantes freguesias. -----

----Louvou igualmente a iniciativa levada a cabo nesta quadra festiva, denominada “A Magia da Páscoa”, que envolveu as escolas e várias instituições do concelho, e que encheu de cor o centro da Freguesia de Soalhães. -----

----Na sequência da intenção expressa da Câmara Municipal de continuar a descentralizar eventos importantes do calendário concelhio, deixou desde já o repto para que as próximas comemorações



do aniversário do Município possam ser acolhidas pela Freguesia de Soalhães, que inclusivamente já foi sede do concelho. -----

----Por fim, aludindo à referência efetuada pelo munícipe **António Branco**, declarou que mesmo que a Freguesia de Soalhães pudesse beneficiar das dezassete obras mencionadas, tal não seria suficiente para contrabalançar os doze anos de esquecimento a que a sua freguesia foi votada em mandatos anteriores. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **José Fernando Barbosa**, Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado (PS), fez questão de referenciar que a informação escrita da Presidente da Câmara deixa bem patente todas as iniciativas que estão a ser feitas em prol da educação no concelho, que incluem aos apoios que são dados à atividade desportiva em contexto escolar. -----

----Além da aposta no Desporto Escolar, tem sido igualmente notória a capacidade da Câmara Municipal de trazer para o concelho grandes eventos desportivos, como a prova do Campeonato Nacional de Enduro, a Prova Nacional do Rally Raid, a Final Four da Taça de Portugal de Andebol ou o Campeonato Nacional de XCM BTT da Federação Portuguesa de Ciclismo – que comemora em dois mil e dezanove cento e vinte anos de existência – prova que integrará o programa do “Sendas do Almocreve”, organizado pelo Grupo Desportivo de Tabuado, com o apoio da Junta de Freguesia de Tabuado e da Câmara Municipal de Marco de Canaveses. -----

----Falando um pouco mais sobre este evento, lembrou que o “Sendas do Almocreve” teve a sua primeira edição em abril de dois mil e treze, tendo na sua génese a vontade de dar a conhecer a beleza natural e a história da Serra da Aboboreira, com condições ótimas para a prática de desportos de montanha. Em paralelo com as atividades desportivas, esta iniciativa também pretende promover a gastronomia, a cultura e as tradições locais. -----

----Assim, deixou o convite para que todos os presentes possam comparecer a este evento, agendado para os próximos dias três, quatro e cinco de maio, que incluirá a Feira Social conhecida



como “Feira dos Almocreves”, onde não irá faltar boa gastronomia, teatro e animação. -----

----Em seguida, chamou a atenção do Vice-presidente da Câmara Municipal para o facto de duas das obras mencionadas na informação escrita ainda não se encontrarem executadas, sendo certo que muitas das obras em curso também não são referenciadas na informação escrita, apontando como exemplo a eletrificação da Rua dos Tapados ou a intervenção na Travessa dos Jardins da Vinha, obras há muito reclamadas pelos cidadãos. -----

----Porém, deu especial destaque à conclusão do Centro Social de Tabuado, cuja primeira pedra foi lançada no dia dezassete de junho de dois mil e dezassete, obra de reconhecida valia arquitetónica e enquadramento paisagístico. Manifestou-se particularmente orgulhoso por poder ter correspondido aos anseios da população da sua freguesia, que lhe confiou a capacidade de projetar o futuro com um espaço polivalente, multifuncional e dinâmico, que poderá ser utilizado para eventos culturais, sociais, desportivos e formativos, que vem preencher uma lacuna há muito sentida no território da freguesia. -----

----Tendo em consideração o empenho e a inestimável colaboração da Câmara Municipal de Marco de Canaveses no desenvolvimento desta obra, lançou um apelo para que seja encontrada uma solução viável para concretização, a curto prazo, dos acessos ao espaço circundante deste edifício, para que num futuro próximo – e se possível já no mês de junho – este possa vir a acolher uma sessão descentralizada da Assembleia Municipal. -----

----Concluindo a sua intervenção, deixou um sentido agradecimento público à Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo pela colaboração prestada à Junta de Freguesia de Tabuado, esforço que os Tabuadenses certamente não deixarão de reconhecer. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Luís Vales** (PPD/PSD), no uso da palavra, declarou que a informação escrita da Presidente da Câmara remete para atividades correntes do Município, sem que seja possível vislumbrar intervenções estruturais, como por exemplo, ao nível



da rede de abastecimento de água – deixando o repto para que o Executivo aposte na construção de uma ETAR em Agrela (Vila Boa de Quires e Maureles) e de uma estação elevatória para servir as populações de Bem Viver, Magrelos, S. Lourenço e Sande. -----

---Ainda sobre este tema, questionou quais as medidas tomadas para que este ano os cidadãos de Sande e S. Lourenço do Douro, e em particular os que habitam no edifício panorâmico, não se vejam obrigados a racionar água. -----

---Ao nível da mobilidade, e atendendo à aproximação do término do contrato com a empresa que garante os serviços de transporte urbano (UrbMarco) no Marco de Canaveses, perguntou se o Executivo prevê lançar um novo concurso ou se eventualmente este serviço fundamental será interrompido, argumentando que com quase dois anos de governação, o Executivo Camarário teve tempo mais que suficiente para acautelar devidamente esta situação, e relembrando o compromisso assumido em campanha eleitoral, de alargar este serviço de transportes a mais freguesias no concelho. -----

---No âmbito da Proteção Civil, congratulou-se com o bom funcionamento do Gabinete Municipal de Proteção Civil, dinâmico e proativo em várias iniciativas de grande utilidade, como a realização de ações de sensibilização nas escolas e nas Juntas de Freguesia e a coordenação de programas de combate à vespa velutina, entre outras. Em nome do PSD, endereçou um cumprimento especial a todos os funcionários da autarquia e voluntários que colaboram de perto com este gabinete, bem como aos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses, pelo seu trabalho dedicado. -----

---Indagou qual o ponto de situação da obra prevista para o Parque de Merendas de Montedeiras. -

---Por fim, perguntou quais os parques infantis que foram recentemente alvo de intervenções de manutenção, e se essas mesmas intervenções foram financiadas exclusivamente pela Câmara Municipal, ou também cofinanciadas pelas Juntas de Freguesia. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Mário Luís Monteiro** (CDS/PP) começou por declarar



que para a eficiente condução dos trabalhos deverá concorrer o princípio do bom senso e da tolerância a eventuais falhas, sendo que todos os deputados exercem um papel fundamental para o bom funcionamento do órgão deliberativo. Apelando a uma maior contenção, ressaltou que o período de intervenção do público não deveria ser utilizado para tecer considerações acerca dos membros da Assembleia Municipal, visto não ser este o objetivo consagrado no Regimento. -----

---Em seguida, relembrou a solicitação efetuada em Assembleia anterior, no sentido de ser colocado um espelho no cruzamento junto ao parque infantil em Alpendorada, visto ser uma zona com visibilidade reduzida. -----

---A propósito da questão da construção do pavilhão desportivo em Alpendorada, argumentou que deverão ser encaradas como investimentos todas as despesas efetuadas em prol de associações que promovam o desporto e a cultura, uma vez que estes têm substancial retorno naquilo que é a valorização da sociedade e em especial das gerações mais jovens, defendendo inclusivamente uma majoração dos apoios financeiros concedidos pelo Município sempre que estiverem em causa circunstâncias como a formação de camadas jovens, inclusão de pessoas portadoras de deficiência, ou outras similares. -----

---Saudando a celebração das Endoenças, destacou particularmente o empenho evidenciado pela Presidente da Câmara Municipal em promover uma concertação e cooperação intermunicipal, entre o Marco de Canaveses e Penafiel. Indicou que determinados investimentos estruturantes para a região, como é o caso do Posto Náutico e pista de canoagem, talvez tenham melhores hipóteses de execução se forem igualmente encarados numa perspetiva intermunicipal, no âmbito da CIM do Tâmega e Sousa. -----

---Por fim, deu nota de que as quatro escolas do concelho cujos alunos praticam canoagem no âmbito do Desporto Escolar irão participar, no dia oito de maio, do Regional Norte de Canoagem, de apuramento para as provas nacionais de Desporto Escolar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 02
REALIZADA EM 26/04/2019

----O Membro da Assembleia Municipal **Joaquim Miguel Queirós**, Presidente da Junta de Freguesia de Paredes de Viadores e Manhuncelos (PS), no uso da palavra, iniciou a sua intervenção frisando que as gerações jovens têm um papel fundamental na evolução do país, visto serem destas que nascem as ideias mais inovadoras, pelo que é de todo importante que estas tenham uma voz ativa e participativa. Com isto em mente, louvou a iniciativa de realização de mais uma sessão da Assembleia Municipal Jovem, que vai já na sua décima primeira edição e que conta com a participação dos vários Agrupamentos de Escolas e escolas profissionais espalhados pelo concelho, bem como o Orçamento Participativo Jovem, implementado no Marco de Canaveses por proposta da Juventude Socialista, incentivando à participação dos jovens nas dinâmicas da comunidade local, permitindo deste modo adequar as políticas públicas municipais às suas necessidades e expectativas, estreitando a sua ligação à autarquia. -----

----Tendo anteriormente apelado à reativação do Conselho Municipal de Juventude, que sem razão aparente não reúne desde o dia três de dezembro de dois mil e quinze, questionou se já existe uma previsão de quando é que este órgão poderá voltar a reunir. -----

----Manifestou total abertura para que as Festas do Concelho de Marco de Canaveses possam vir a ser descentralizadas na Freguesia de Paredes de Viadores e Manhuncelos. -----

----Finalmente, deixou um convite a todos os presentes para participação nas Festas da Senhora do Socorro, entre os dias vinte e seis e vinte e oito de julho. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasaete Cardoso Vieira**, em resposta às intervenções dos membros da Assembleia, começou por agradecer as palavras do Presidente da Junta de Freguesia do Marco, ressaltando sobretudo as suas preocupações ambientais e a sugestão que deixou, no sentido de que a Câmara Municipal se associe à Junta de Freguesia e a outras entidades competentes para uma ação de sensibilização para os malefícios dos resíduos deixados na rua, a qual será avaliada, de modo a aferir qual o momento e as circunstâncias mais oportunas



para a sua concretização. -----

----Indo ao encontro das preocupações manifestadas pelo deputado e Presidente de Junta, informou que a Câmara Municipal tem uma proposta para colocação das chamadas Ecopontas (para recolha de pontas de cigarro) e “papa-chicletes” em zonas estratégicas do centro da cidade. -----

----Agradeceu as chamadas de atenção da deputada **Marta Regadas** em relação às várias ações e iniciativas que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses tem encetado na área social. A propósito do referido protocolo assinado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e com a Comissão de Igualdade, que prevê o acesso a habitação social, com critérios de privilégio, a vítimas de violência doméstica, deu a conhecer algumas das medidas que têm sido tomadas para redefinição da Estratégia Local de Habitação “Primeiro Direito”, programa de apoio ao acesso à habitação regulado pelo Decreto-lei n.º 37/2018, que irá integrar os projetos Marco Habita Social e Marco Habita Jovem. Ciente da importância estratégica deste programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para cidadãos que vivem em condições indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar os custos associados a uma habitação adequada, o Município de Marco de Canaveses participou de uma reunião com a Delegação Norte do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), no passado dia seis de março, onde foram esclarecidas várias questões técnicas de interpretação do diploma, tendo desta reunião saído orientação para a elaboração de uma candidatura para financiamento do acompanhamento técnico na elaboração da Estratégia Local de Habitação do Município de Marco de Canaveses. -----

----Formalizada a candidatura, este apoio financeiro para acompanhamento técnico foi deferido pelo IHRU no dia nove de abril, com um valor de vinte e três mil, seiscentos e dezasseis euros (23.616€), pelo que se seguirão os trabalhos técnicos tendentes à elaboração deste documento estratégico, que contempla o diagnóstico atualizado das carências habitacionais, características e número de situações de pessoas e famílias em condições habitacionais indignas – frisando o papel



fundamental das instituições associadas à Comissão Local de Acompanhamento Social e dos Presidentes das Juntas de Freguesia na identificação destas situações – e conceção e implementação de soluções habitacionais para um horizonte temporal de seis anos. Deste modo, através da Estratégia Local de Habitação “Marco Habita”, pretende-se conhecer as reais necessidades habitacionais do concelho e projetar um futuro mais inclusivo, integrado e inovador, no âmbito das políticas de habitação e ordenamento do território. Acrescentou que a aplicação do programa “Primeiro Direito” – também este da iniciativa do Governo Socialista – poderá passar pelo apoio à construção de nova habitação social, recuperação e adaptação de estabelecimentos escolares identificados, apoio direto às famílias para construção ou reconstrução de habitações próprias, incentivo ao arrendamento, e demais condições que possam propiciar às famílias Marcoenses condições condignas nas suas habitações. -----

----Agradeceu igualmente as referências da deputada **Marta Regadas** ao Balcão da Inclusão e às várias iniciativas promovidas no âmbito da CPCJ, bem como do Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães ao Programa de Teleassistência, projeto piloto implementado por um período de três meses no Centro Social S. Martinho de Soalhães, no Centro Social de Favões e no Centro Social de Vila Boa de Quires, que atualmente abrange um conjunto de doze utilizadores identificados pelas instituições para testar este modelo. A Câmara Municipal tem desde já preparada uma candidatura, para que no final deste período de teste, e em articulação com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses, o projeto possa ser alargado a outras instituições do concelho, prevendo-se a colocação de cento e cinquenta unidades deste equipamento eletrónico de monitorização de segurança e a respetiva manutenção por um período de três anos, num investimento que ascende a vinte e seis mil euros (26.000€). -----

----Em resposta ao apelo deixado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, deu nota de que o Presidente da Junta de Freguesia de Constance se terá antecipado no convite para realização



da próxima sessão da Assembleia Municipal na sua freguesia. -----

----Assinalou a satisfação com que o Município de Marco de Canaveses se associa a mais uma edição do “Sendas do Almocreve”, evento que mereceu o devido destaque na revista municipal “O meu Marco”. -----

----No que respeita às variadas solicitações para colocação de iluminação pública, passou a explicar a tramitação legal envolvida, que começa com um pedido de orçamento à EDP, cujos técnicos se deslocam ao local para avaliação da situação, sendo posteriormente o orçamento apresentado pela EDP validado e saldado pela Câmara Municipal. No entanto, têm vindo a ser recorrentes os casos em que, mesmo após o pagamento deste serviço, a empresa tem demorado meses para concretizar as intervenções, com atrasos muito significativos na colocação de iluminação pública. Na situação referenciada, relativa à Rua dos Tapados, deu nota de que a iluminação pública ora colocada já havia sido paga em outubro ou novembro de dois mil e dezoito. Indicou que a Câmara Municipal tem exercido constante pressão sobre a EDP, de modo a que sejam minimizados estes desfasamentos temporais entre o pagamento das intervenções solicitadas e a sua efetiva execução. -----

----Declarou que a Câmara Municipal é sensível ao apelo para reabilitação da área circundante ao Centro Social e Paroquial de Soalhães, obra emblemática cuja inauguração muito dignificará a freguesia. -----

----Passando para a intervenção do deputado **Luís Vales**, garantiu estarem acauteladas todas as condições para a manutenção do serviço de transportes urbanos (UrbMarco), sendo que o seu funcionamento passará a estar sob a alçada da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, enquanto autoridade na área dos transportes. -----

----Enquanto responsável máxima da Proteção Civil no Marco de Canaveses, agradeceu os rasgados elogios dirigidos aos serviços de Proteção Civil e aos seus colaboradores, que



diariamente trabalham em prol da defesa de pessoas e bens no Concelho de Marco de Canaveses. -

----Referiu que a Câmara Municipal procedeu a um levantamento de todos os parques infantis existentes nos estabelecimentos escolares (escolas do 1.º ciclo do ensino básico e jardins de infância), de modo a aferir quais as situações mais urgentes que exigem intervenções céleres de manutenção, bem como quais os estabelecimentos escolares que ainda não dispõem deste tipo de equipamentos. Acrescentou ter sido elaborado um plano de intervenção pelos serviços técnicos, o qual será avaliado em reunião a realizar a curto prazo. -----

----Indo ao encontro da questão concreta colocada pelo deputado, explicou que alguns parques infantis foram colocados em espaço público por iniciativa das Juntas de Freguesia ou de Associações de Pais, apontando o exemplo da Freguesia de Constance, em que vários destes equipamentos foram financiados pela Associação de Pais. Indicou que embora a manutenção destes parques infantis seja da responsabilidade das Juntas de Freguesia, o plano de intervenção anteriormente mencionado prevê que a Câmara Municipal se responsabiliza pelas manutenções mais urgentes. -----

----No que respeita aos estabelecimentos escolares que não possuem parques infantis, estará a ser efetuada uma estimativa orçamental com base nos orçamentos recolhidos, para colocação de equipamentos homologados e certificados nestes espaços de recreio em espaços escolares que se prevê continuarem em funcionamento no concelho, abstendo-se a Câmara Municipal de realizar investimentos significativos em estabelecimentos escolares que, pela diminuta população escolar, corram o risco de vir a encerrar num futuro próximo. -----

----Respondendo ao deputado **Mário Luís**, indicou que os serviços técnicos irão avaliar a situação reportada, com vista à eventual colocação de um espelho no local referenciado. Fez notar, porém, que a colocação destes espelhos em locais de visibilidade reduzida é da responsabilidade das Juntas de Freguesia, pelo que a solicitação efetuada poderá ser remetida diretamente ao Presidente



da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, não obstante muitas vezes a Câmara Municipal também intervir em situações consideradas prioritárias, em estradas nacionais ou em circunstâncias que possam colocar em causa a segurança dos automobilistas. -----

----Relativamente à celebração das Endoenças, e sendo um evento partilhado pelos Municípios de Marco de Canaveses e Penafiel, faz todo o sentido que haja uma maior articulação e uniformização na divulgação do mesmo, tratando-se de um dos maiores eventos de promoção religiosa da região, amplamente participado. Consequentemente, foram tomadas desde já todas as diligências para uma concertação mais abrangente no ano de dois mil e vinte. -----

----Por fim, fez votos de maior sucesso às quatro escolas que irão competir nas provas regionais do Desporto Escolar na modalidade de canoagem. -----

----O Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Mário Bruno da Silva Magalhães**, em complemento, e começando pela questão referente à Praia da Pontinha suscitada pelo Presidente da Junta de Freguesia do Marco, declarou que desde que o atual Executivo entrou em funções, assumiu a luta pelo licenciamento da Praia da Pontinha, fazendo tudo o que está ao seu alcance para atingir este objetivo. No entanto, no passado dia um de abril de dois mil e dezanove, a Câmara Municipal recebeu uma comunicação da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), dando conta de que a comissão técnica de acompanhamento da aplicação da diretiva das águas balneares considerou não integrar a Praia da Pontinha (Rio Ovelha) na lista de identificação de águas balneares para a época balnear de dois mil e dezanove, decisão justificada por alegadas questões de segurança no açude existente a jusante, o qual evidencia ruturas estruturais, e cujos riscos carecem de avaliação adicional por parte da APA. A Câmara Municipal já manifestou o seu descontentamento junto da APA por esta decisão inaceitável, uma vez que o açude se encontra no local há décadas, pelo que foi agendada uma reunião para discussão deste tema. -----

----Em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, explicou que a obra mencionada,



na Rua Padre Joaquim Pereira da Cunha, integra uma empreitada adjudicada e em curso nas Freguesias de Bem Viver e Alpendorada, e que em breve chegará igualmente à Freguesia de Tabuado. -----

---Relativamente à intervenção do deputado **Luís Vales** e à alegada inexistência de obras estruturais no ciclo da água, fez referência ao projeto para a zona envolvente à Ponte de Canaveses – nomeadamente no Lugar do Pisão Novo, na Rua Direita de Canaveses e nas Caldas de Canaveses – bem como à ETAR de Ponte das Tábuas – cujo prédio urbano é detido pelo Município de Marco de Canaveses desde mil, novecentos e oitenta e um, sendo que a escritura de justificação notarial para adequado registo do património municipal apenas foi realizada em dezassete de abril de dois mil e dezanove, trinta e oito anos volvidos, sendo este o primeiro passo para que se possa projetar a requalificação ou reconstrução deste equipamento, com eventual recurso a fundos comunitários, numa obra estimada em cerca de um milhão e quatrocentos mil euros (1.400.000€). -----

---Encontra-se também em fase de preparação a aquisição do terreno para acolher a ETAR de Avessadas, está a ser avaliada a construção de uma ETAR na zona de Agrela e foi resolvido o problema de abastecimento de água nos depósitos de Toutosa, nunca antes utilizados apesar de já contabilizarem vinte e dois anos desde a sua implantação, sendo estes apenas mais alguns exemplos das intervenções estruturais que o Executivo Camarário tem levado a cabo, ao contrário do que terá sido transmitido pelo deputado do PSD. -----

---Referenciou ainda a empreitada nas redes de abastecimento de água e saneamento no Torrão, no valor de setecentos mil euros (700.000€), e a execução das infraestruturas de água e saneamento básico junto à Igreja de Santo Isidoro e na Rua da Cabrita, além de um conjunto vasto de obras executadas ao longo do concelho. -----

---No que concerne ao abastecimento de água no edifício panorâmico, estaria previsto num estudo



técnico elaborado pela Câmara Municipal que este seria garantido através do depósito em Requirim. No entanto, esta afigura-se como uma intervenção com um custo avultado e de difícil implementação técnica, atendendo à distância considerada, pelo que estarão a ser estudadas alternativas viáveis, não sendo, porém, totalmente colocada de lado a hipótese de se avançar com a mesma. -----

----Quanto à referência ao Parque de Montedeiras, revelou ser um exemplo perfeito da inveracidade das declarações recorrentemente proferidas pela Bancada do Partido Social Democrata, quando afirma que o atual Executivo herdou projetos completos e prontos a executar. Revelou que o projeto elaborado pelo anterior Executivo se centrava em terrenos que nem sequer eram da propriedade do Município, pelo que o atual Executivo se viu confrontado com a necessidade imperiosa de proceder à sua negociação e aquisição, tendo obtido sucesso nesta demanda, com uma primeira escritura de três lotes de terreno já agendada para o dia seis de maio. Acrescentou que assim que forem ultrapassadas todas as questões relacionadas com a aquisição dos terrenos, a obra estará em condições de avançar, perspetivando-se que este parque venha a possuir condições de excelência para a fruição da população. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO DOIS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à ratificação do ato de não aceitação da transferência das novas competências para a Autarquia Local, referenciadas no Decreto-lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, começando por fazer um resumo do posicionamento da Câmara Municipal de Marco de Canaveses no concernente aos vários diplomas publicados em matéria de descentralização de competências do Estado Central para os Municípios e entidades intermunicipais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 02
REALIZADA EM 26/04/2019

---Relativamente ao Decreto-lei n.º 20/2019, de trinta de janeiro, ora em apreço, sobre proteção e saúde animal e segurança dos alimentos, que transfere para os Municípios competências nas áreas do licenciamento de centros de recolha e hospedagem para animais, concursos e exposições de animais, profilaxia médica e sanitária, atividade pecuária e segurança dos alimentos no seu processo de transformação desde a matéria prima, informou que o Município de Marco de Canaveses deliberou por unanimidade não aceitar esta delegação de competências da Administração Central, pelo que, de acordo com a Lei, se coloca à consideração da Assembleia Municipal a presente deliberação, para pronúncia e ratificação. -----

---Não havendo intervenções sobre o mesmo, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Dois** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e sete (37) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

---**Este ponto foi aprovado em minuta.** -----

---**PONTO TRÊS, PONTO TRÊS – Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso – LCPA.** ---

---A Assembleia tomou conhecimento. -----

---**PONTO TRÊS, PONTO QUATRO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Ano Financeiro - 2018.** -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalette Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, começando por focar os números constantes do relatório de prestação de contas. -----

---Assim sendo, e começando pelo campo da receita cobrada, esta ascendeu a trinta e cinco milhões e cem mil euros (35.100.000€), com uma taxa de execução de cem por cento (100%) face



ao orçamentado. Verificou-se uma redução de receita de um milhão, duzentos e onze mil euros (1.211.000€) por comparação com o ano de dois mil e dezassete, fruto da redução das taxas do IMI e Derrama, e de uma redução nas transferências correntes do Estado, por via da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares. -----

----Por outro lado, registou-se um aumento da receita nas rubricas do IMT, em cerca de quatrocentos e oitenta mil euros (480.000€) – observando-se uma clara dinamização do setor da construção civil e do ramo imobiliário – do IUC (mais sessenta e sete mil e quinhentos euros (67.500€)), do Fundo de Equilíbrio Financeiro (mais cento e vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta euros (126.550€)), e da participação no IRS (mais sessenta e quatro mil euros (64.000€)). -----

----Ao nível da despesa, de realçar um aumento na rubrica de encargos com pessoal, na ordem dos dois por cento (2%) – cerca de cento e trinta e seis mil, duzentos e quarenta e seis euros (136.246€) – por força das valorizações remuneratórias e descongelamento de carreiras previstos na Lei do Orçamento de Estado, que incidiram sobre duzentos e vinte colaboradores da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, atualização do salário mínimo nacional (com repercussão em nove colaboradores da Câmara Municipal), e aumento do número de contratos de emprego-inserção (de quarenta e cinco, em dois mil e dezassete, para setenta e seis, em dois mil e dezoito). -----

----O aumento na rubrica de despesas com pessoal foi contrabalançado por uma redução substancial na rubrica de aquisição de bens e serviços, na ordem dos duzentos e quarenta e seis mil euros (246.000€), e nos juros e encargos com a dívida, em que se verificou um decréscimo de cerca de duzentos e vinte mil euros (220.000€). -----

----Da prestação de contas salienta-se o aumento das transferências correntes para as freguesias, com mais sessenta e quatro mil euros (64.000€), em parte associado ao acréscimo nas transferências de verbas de contratos de delegação de competências no domínio da educação –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 02
REALIZADA EM 26/04/2019

Componente de Apoio à Família, programa de generalização das refeições aos alunos do 1.º ciclo, ação social escolar – e tarifa referente aos resíduos sólidos, sendo que as Juntas de Freguesia recebem cinquenta por cento (50%) da verba arrecadada. -----

---As transferências para associações sem fins lucrativos também foram incrementadas em cerca de cento e treze mil euros (113.000€), estando aqui englobadas as verbas atribuídas à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses, no âmbito do regulamento municipal do programa de incentivo ao voluntariado. -----

---No concernente à aplicação do regulamento do Fundo de Emergência Social do Município de Marco de Canaveses, foram apoiadas vinte e uma famílias, numa verba total de treze mil, setecentos e noventa euros (13.790€). -----

---A despesa de capital teve uma redução significativa face a dois mil e dezassete, ano em que esta ascendeu a cerca de trinta e dois milhões e setecentos mil euros (32.700.000€), na sequência da liquidação antecipada dos empréstimos vigentes no Município, através de operações de substituição de dívida, que se traduziram numa despesa superior a vinte e dois milhões de euros (22.000.000€). -----

---As transferências de capital diminuíram em um milhão e trezentos mil euros (1.300.000€) – menos setenta e nove por cento (79%) – parcialmente justificado pela diminuição das transferências para as Juntas de Freguesia por força da denúncia dos contratos de delegação de competências para investimentos em obras de proximidade, os quais são integralmente assumidos pela Câmara Municipal – com condições mais favoráveis para cumprir estritamente todos os preceitos da contratação pública – sempre em articulação com as Juntas de Freguesia, naquelas que são as necessidades e prioridades elencadas pelos Presidentes de Junta e pela população. -----

---Destacou em particular os montantes afetos a investimentos na rubrica de ensino não superior, designadamente para a ampliação e requalificação da EB1 de Cruzeiro e EB1 e JI de Serrinha



(Alpendorada, Várzea e Torrão), EB1 de Ladário e EB1 de Outeiro (Constance), Jardim de Infância de Vila Verde e EB1 do Marco (Marco), Centro Escolar de Sande, EB1 de Gouveia (Várzea, Aliviada e Folhada), EB1 da Picota, EB1 de Paços Gaiolo, e Jardins de Infância de Eiró, Ramalhães e Cerdeiras, entre outras. -----

---Ao nível do ordenamento do território, foram realizadas diversas requalificações urbanísticas, designadamente na área envolvente à Igreja de Santo Isidoro, no parque da estação, na Rua do Ferroviário e no Largo Conde de Ariz. -----

---No âmbito dos projetos de investimento aprovados ao abrigo das candidaturas submetidas a fundos comunitários do Portugal 2020, referenciou o início da construção do Centro Cultural do Marco. -----

---Em matéria de abastecimento de água e saneamento, foram realizadas as intervenções relevantes já anteriormente enumeradas pelo Vice-presidente da Câmara Municipal. -----

---Na área do desporto, recreio e lazer, realizaram-se intervenções de manutenção no Estádio Municipal de Marco de Canaveses, requalificação dos campos de jogos e arrelvamento com piso sintético no Eidinho (Freguesia de Vila Boa do Bispo), Penha Longa e Paços de Gaiolo e Vila Boa de Quires e Maureles, e intervenções diversas no Parque de Lazer da Cidade. -----

---No domínio dos transportes rodoviários, sublinhou as pavimentações e calcetamentos em diversos arruamentos nas freguesias, os quais vêm acrescer aos quinhentos e setenta e sete mil euros (577.000€) despendidos em investimentos de proximidade executados em todas as freguesias. -----

---No capítulo do endividamento, frisou que a dívida municipal tem vindo a diminuir progressivamente, sendo que no final do ano de dois mil e dezoito, as outras dívidas a terceiros cifravam-se em dois milhões, trezentos e vinte mil euros (2.320.000€), registando-se uma redução na ordem dos seiscentos e vinte e sete mil euros (627.000€) – menos vinte e um vírgula vinte e



oito por cento (21,28%) – evidência clara do controlo e monitorização da dívida a curto prazo. -----

----Concluindo a sua intervenção, manifestou-se inteiramente disponível para responder às questões que venham a ser colocadas pelos membros da Assembleia Municipal. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Luís Vales** (PPD/PSD), no uso da palavra, começou por chamar a atenção que o montante do património não registado se mantém num nível material que motiva a existência de uma reserva de opinião por parte do revisor oficial de contas, o que revela a incapacidade do atual Executivo Municipal em dar continuidade, de forma célere e eficiente, ao trabalho que vinha sendo realizado pelo Executivo anterior nesta vertente. -----

----Declarou que a Bancada do PSD não considera negativa a diminuição de arrecadação de receita por via do Imposto Municipal sobre Imóveis, uma vez que a redução de taxa proposta pelo Executivo do PSD, para fixação na taxa mínima, visava efetivamente desonerar as famílias Marcoenses, que por esta via veem alargado o orçamento de que dispõem para as suas despesas correntes. -----

----A progressiva diminuição da dívida municipal vem comprovar de igual modo a justeza da iniciativa levada a cabo pelo anterior Executivo, que encetou os procedimentos tendentes à substituição da dívida, com encargos mais suaves para o Município. -----

----Expressou a sua preocupação com o aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores em quatro dias, tendo em consideração as elevadas disponibilidades financeiras do Município. -----

----Sublinhou que a execução da despesa de capital ficou muito aquém das expectativas, cifrando-se em apenas quarenta e quatro e meio por cento (44,5%), número revelador da aparente incapacidade do Executivo em cumprir com os compromissos assumidos. Se tomada em consideração a execução da despesa corrente, que ascendeu a setenta e sete por cento (77%), poder-se-á concluir que o Executivo Socialista terá mais apetência para gastar do que para investir no futuro dos Marcoenses. Face a estas percentagens de execução, questionou quais as razões que



levaram a que a Câmara Municipal não investisse de forma mais assertiva em ação social, nas freguesias, em pavimentações, e em intervenções na rede de água e saneamento, apenas para mencionar algumas das áreas em que fica visível um parco nível de investimento. -----

---Visto que as disponibilidades financeiras do Município atingem cerca de treze milhões e seiscentos mil euros (13.600.000€), integralmente depositadas em conta à ordem, uma vez mais alertou para a necessidade de considerar uma aplicação a prazo, que com uma taxa negociada de um por cento (1%) permitiria ao Município arrecadar uma receita extraordinária superior a cem mil euros (100.000€) em juros. -----

---Na conclusão da sua intervenção, apelou à Presidente da Câmara e ao seu Executivo para que revejam as suas prioridades e utilizem os recursos disponíveis para fazer reformas estruturais e obras necessárias e fundamentais, das quais os Marcoenses são credores, pelas consequências nefastas que já suportaram pelas erradas decisões tomadas num passado distante. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Nuno Pinto** (PS), no uso da palavra, começou a sua intervenção expressando um voto de confiança ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, pela forma correta e imparcial como tem vindo a conduzir os trabalhos deste órgão, função que não sendo fácil, por vezes torna-se ainda mais complicada por certas ações intempestivas dos deputados. -----

---Em seguida, argumentou que a discussão sobre pontos tão importantes para o Concelho de Marco de Canaveses, como a apreciação e deliberação sobre os relatórios de prestação de contas, deveria realizar-se num horário que viabilizasse um debate mais aberto e participado, talvez antecipando estes pontos mais relevantes para o início das sessões. -----

---Passando para a análise dos documentos, e começando pela reserva inscrita pelo revisor oficial de contas, fez notar que está claramente explanado no texto o reconhecimento do esforço que a Câmara Municipal tem vindo a fazer para regularizar celeremente a questão do registo do



património, dando inclusivamente um novo ímpeto ao trabalho que estava a ser feito pelo anterior Executivo liderado pelo PSD. Ressalvou, no entanto, que algumas situações relacionadas com o registo do património serão aparentemente irresolúveis, pelo que se perspetiva que esta reserva possa subsistir, assim como acompanhou os vários anos dos mandatos do Executivo do PSD. -----

---Relativamente aos saldos de gerência, reiterou a sua posição coerente de que a análise dos mesmos deverá ser devidamente enquadrada num determinado contexto, para se aferir o seu grau de grandeza e efetiva disponibilidade, sendo que se optasse pela pura demagogia, poderia simplesmente afirmar que o saldo de gerência transitado para o exercício de dois mil e dezanove é maior do que aquele que transitou para o Orçamento de dois mil e dezoito, e que isso é algo automaticamente positivo. -----

---Fazendo uma retrospectiva sobre os saldos de gerência transitados para o exercício seguinte ao longo dos dez últimos anos, declarou que não poderá vir agora a Bancada do PSD acusar o Executivo Socialista de acumular indefinidamente recursos financeiros que poderiam ser utilizados em obras estruturantes para o concelho, naquela que considera ser uma avaliação demasiado simplista e descontextualizada, uma vez que o saldo de gerência a transitar depende de inúmeros fatores, nem todos controláveis pelo Executivo. -----

---Em seguida, falando da prestação de contas propriamente dita, ressaltou que a Assembleia está perante um documento que foi legalmente certificado, pelo que os diversos posicionamentos de voto apenas poderão ser justificados por questões políticas, e nunca de ordem técnica. -----

---Analisando os grandes números da prestação de contas, deu especial destaque à execução global da receita, que atingiu os cem por cento (100%), apesar das quebras verificadas ao nível da arrecadação dos impostos municipais; à execução da despesa corrente, atingindo níveis similares aos que se registaram nos últimos anos; à contínua redução do endividamento a médio e longo prazo – deixando a sua visão pessoal de que o Município deverá cumprir escrupulosamente os



prazos definidos aquando da implementação dos procedimentos de substituição de dívida; à redução do endividamento a terceiros a curto prazo, que baixou cerca de vinte por cento (20%) em relação ao ano transato. -----

----Relativamente à ligeira subida no prazo médio de pagamento a fornecedores, argumentou que comprar e pagar rapidamente nem sempre é sinónimo de boa gestão, e fez notar que se o Executivo Municipal achou necessária a constituição da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento, certamente foi porque alguns procedimentos não estariam a ser desencadeados da forma mais ágil e eficiente, recordando que ao contrário do que acontecia num passado recente, atualmente todos os contratos firmados pelo Município são visados pelo Tribunal de Contas. -----

----Relativamente às provisões orçamentais, estas ascendem a cerca de vinte e dois milhões e duzentos mil euros (22.200.000€), e dizem respeito a processos judiciais em curso, com potenciais custos para o Município, estando à cabeça o diferendo judicial com a empresa concessionária Águas do Marco, em que a Câmara Municipal já foi condenada numa primeira instância. Sendo esta uma ameaça que paira sobre todos os Marcoenses, manifestou a sua esperança de que o Executivo Camarário saberá conduzir esta questão a bom porto, com uma resolução que satisfaça as pretensões do Município e dos munícipes. -----

----Considerando que a execução da despesa de capital ficou efetivamente aquém do expectável, apelou para que o Executivo justifique cabalmente e enumere as várias razões que conduziram a este facto, dando especial ênfase à desmistificação dos projetos relativos ao PARU, que a Bancada do PSD alega que foram deixados cabimentados e prontos a executar, o que não se afigura de toda verdade. -----

----Por outro lado, frisou que a principal preocupação dos Marcoenses em relação a estas obras de requalificação urbana não se prende fundamentalmente com o prazo de execução ou com os capitais, mas sim com os constrangimentos que estas possam vir a causar, pelo que questionou se o



Executivo está em condições de garantir que estas intervenções se irão realizar de forma mais suave e eficiente do que as obras de regeneração urbana levadas a cabo pelo Executivo liderado pelo Partido Social Democrata, e se haverá um maior cuidado com a qualidade das mesmas e os materiais utilizados. -----

---Também na mente dos Marcoenses estará a preocupação sobre o impacto que obras como o Museu Municipal e o Centro Cultural poderão ter na dinâmica da cultura no Marco de Canaveses, ou se a aposta na educação é para manter e reforçar, mesmo que eventualmente não haja recurso a fundos comunitários, ou se o concelho disporá de uma verdadeira estratégia para a habitação social, ou se serão verdadeiramente criadas as condições ideais para que as zonas industriais possam acolher mais empresas e conseqüentemente gerar mais emprego e recursos financeiros, ou se finalmente verão ultrapassado o diferendo com a empresa concessionária Águas do Marco, resultante da modificação unilateral do contrato efetuada pelo Executivo do PSD, sendo estas algumas das questões que realmente importa esclarecer. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Gil Mendes Rodrigues** (PPD/PSD) começou por esclarecer que a sua intervenção anterior não teve por objetivo colocar em causa a pessoa do Presidente da Mesa da Assembleia, mas simplesmente a forma como os trabalhos estariam a ser dirigidos. -----

---Manifestou plena concordância com a importância da discussão das matérias mais relevantes para o concelho, como sendo os documentos previsionais e de prestação de contas, secundando que estes deveriam ser antecipados na ordem de trabalhos das respetivas sessões, para permitir uma discussão mais abrangente. -----

---Respondendo ao Vice-presidente da Câmara Municipal acerca do processo de registo do prédio urbano onde se situa a ETAR de Ponte das Tábuas, referiu que quando o Executivo do PSD tomou posse no seu primeiro mandato, nem sequer o edifício dos Paços do Concelho ou o Complexo do



Estádio Municipal estavam registados como património do Município, evidenciando assim o árduo trabalho que paulatinamente foi sendo feito neste campo. -----

----Quanto ao contrato de concessão com a empresa Águas do Marco, lembrou que este não foi celebrado pelo Executivo do PSD. Mais recordou que a intenção de proceder a uma modificação unilateral do contrato foi sufragada maioritariamente pela população, sendo esta uma condicionante que já existia quando o Partido Socialista se veio comprometer a isentar os Marcoenses das taxas de ligação à rede pública e apregoar a existência de um alegado pré-acordo com a empresa concessionária para resolução deste diferendo. -----

----Relativamente à condenação do Município em primeira instância neste processo, declarou que considera que um processo desta natureza e dimensão, pelas implicações que tem para a população, nunca deveria ser apreciado e deliberado por um Tribunal Arbitral, conforme estipulado num contrato que apenas trouxe prejuízo aos Marcoenses. -----

----Declarou, finalmente, que a parca execução da despesa refletida nos documentos de prestação de contas é reveladora da inoperância e da incapacidade do Executivo em cumprir com os projetos contemplados em Orçamento, algo que a análise objetiva dos números não permite desmentir. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta às intervenções dos membros da Assembleia, e começando pelas questões suscitadas pelo deputado **Luís Vales**, em grande parte respondidas na intervenção do deputado **Nuno Pinto**, sublinhou que a referência a uma reserva legal dos revisores oficiais de contas acerca do património registado da Câmara Municipal denota uma total incoerência, uma vez que esta reserva sempre constou dos relatórios de prestação de contas no anterior Executivo liderado pelo PSD, não significando esta necessariamente que não estaria a ser realizado um esforço efetivo de registo do património, mas dando conta de que existem situações aparentemente irresolúveis, ou pelo menos de complicada resolução a este nível. -----



----Quanto ao prazo médio de pagamento a fornecedores, e ressalvando a constituição da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento que certamente conferirá maior agilidade e celeridade a estes processos, fez notar que este se situa nos doze dias, com um controlo muito mais efetivo e rigoroso das faturas e respetivos pagamentos. -----

----Sobre a preocupação manifestada com a execução das despesas de capital – também vertida na declaração política do Vereador José Mota, transcrita em ata de Reunião de Câmara – explicou que ao contrário do que tem vindo a ser recorrentemente afirmado, os projetos referentes ao Plano de Ação para Regeneração Urbana (PARU) não foram deixados prontos a executar ou em avançado estado de elaboração. -----

----Avançando para exemplos concretos, e começando pelo Museu Municipal Cármen Miranda, referiu que quando solicitado ao projetista, foi possível aferir que o projeto, embora parcialmente pago, não se encontrava concluído, tendo sido necessário proceder a várias alterações estruturais, com a colaboração do Diretor Regional da Cultura do Norte, sendo que o projeto, com um custo estimado de cerca de um milhão de euros (1.000.000€), já se encontra na sua terceira revisão. Quando concluído todo este processo de revisão, terá que obrigatoriamente ser submetido ao Tribunal de Contas, para posteriormente serem lançados os procedimentos concursais que conduzirão à adjudicação da obra. -----

----Quanto à reabilitação da Avenida Carlos Mota Pinto, com um custo estimado em cerca de setecentos e setenta mil euros (770.000€), referiu que a elaboração do projeto foi contratada a vinte e oito de dezembro de dois mil e dezasseis, por um valor de trinta e cinco mil e oitocentos euros (35.800€), sendo que na reunião efetuada já no presente mandato, em novembro de dois mil e dezassete, foi possível aferir que ainda não existia um projeto concluído. Uma nova versão do projeto posteriormente apresentada surpreendentemente não contemplava infraestruturas básicas de água, saneamento e comunicações, além de não integrar soluções para o encontro com os



arruamentos da Avenida Manuel Pereira Soares e Avenida 25 de Abril. Além disso, o projeto previa intervenções em terrenos privados, sem que tenham sido acauteladas as devidas autorizações junto dos respetivos proprietários. -----

---No que diz respeito à reabilitação urbana da Avenida Adelino Amaro da Costa e Avenida Gago Coutinho, e reabilitação dos arruamentos na zona envolvente ao edifício dos Paços do Concelho, com um custo global de cerca de um milhão de euros (1.000.000€), uma vez mais o projeto, embora pago, não se encontrava concluído, sendo omissos em infraestruturas de água, saneamento e comunicações. -----

---Fora do âmbito do PARU, falou sobre o projeto do Parque Urbano da Cidade, em que foram identificadas insuficiências graves. Por exemplo, no caso deste parque, designado pelo anterior Executivo como o pulmão verde da cidade, e que se perspectivava que pudesse chegar ao Rio Tâmega, aparentemente foi negligenciado o obstáculo que configurava o facto de ter bombas de gasolina e um centro de inspeções no centro do traçado previsto. Além disso, surpreendentemente o projeto original não contemplava iluminação pública nem sistema de rega, pelo que a revisão e alteração ao projeto implicou em custos adicionais para a Câmara Municipal. -----

---Assinalou ainda o exemplo do projeto para o Parque de Montedeiras, que incidia sobre vários terrenos que não eram da propriedade do Município. -----

---Na sequência dos vários exemplos explanados, de projetos que estavam longe de estarem concluídos e prontos a executar, declarou que as personalidades que ao longo dos anos assumiram responsabilidades políticas e de gestão de dinheiros públicos no Concelho de Marco de Canaveses, e que agora tentam transmitir determinadas inverdades, deverão ser claramente responsabilizadas pelas decisões e opções tomadas, manifestamente díspares em relação à realidade que tentam pintar. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Gil Mendes Rodrigues** (PPD/PSD), usando novamente a



palavra, solicitou um esclarecimento acerca de uma verba referida, na ordem dos duzentos e quarenta mil euros (240.000€), questionando se esta se refere a redução de encargos com juros relativos à dívida municipal ou à própria redução do serviço da dívida. -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira**, em resposta, indicou que a informação que prestou anteriormente dizia respeito à redução do endividamento face a dois mil e dezassete, em cerca de seiscentos e vinte e sete mil euros (627.000€), tendo posteriormente referido que este valor evidenciava o controlo e monitorização rigorosos da dívida a curto prazo. --

---Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Quatro** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **maioria**, com vinte e um (21) votos a favor, zero (00) votos contra, e dezasseis (16) abstenções. ---

---Este ponto foi aprovado em minuta. -----

---**PONTO TRÊS, PONTO CINCO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à autorização prévia da assunção de compromisso plurianual, no âmbito do Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para prestação de serviços de seguros.** -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, explicando tratar-se da instrumentalização da intenção de unificação da contratualização da carteira de seguros num único procedimento, o que permitirá ao Município de Marco de Canaveses obter um melhor equilíbrio no binómio custo / benefício e na transferência dos seus riscos para o setor segurador, com uma melhoria nas coberturas das apólices, através da correta adequação das garantias dos contratos face às responsabilidades que recaem sobre o Município. Registrar-se-á também uma redução da contratação avulsa de apólices, dos denominados seguros temporários. -----

---Com esta proposta, e na sequência de um diagnóstico exaustivo, prevê-se que o número de



apólices reduza de noventa e duas para apenas onze, permitindo uma maior eficácia na sua gestão, ganhos de escala, obtenção do melhor preço de mercado e atualização dos capitais de seguro, de acordo com a Legislação vigente e aplicável aos Municípios. -----

---Em seguida, deu a conhecer as áreas de risco que serão abrangidas pelas apólices mencionadas, em três grandes lotes, que incluem os seguros de acidentes de trabalho, frota automóvel, multiriscos patrimoniais, seguros de responsabilidade civil e ambiental e seguros de acidentes pessoais para autarcas, bombeiros, utentes das instalações desportivas, culturais e recreativas abertas ao público e das atividades de natureza eventual ou periódica, e grupos de voluntários, que incluem os elementos da comissão alargada da CPCJ. -----

---O preço base deste compromisso foi estimado em duzentos e trinta e um mil, setecentos e cinquenta e cinco euros (231.755€), isento de IVA, distribuído pelos três lotes de seguros anteriormente identificados. -----

---Concluindo a sua apresentação, declarou que através do regime jurídico das atividades de mediação de seguros é possível beneficiar de uma prestação de serviços especializada, sem encargos financeiros acrescidos, uma vez que nos termos deste regime, o serviço prestado é remunerado diretamente pela empresa seguradora contratante dos contratos de seguro, constituindo-se como uma forma expedita de suprir as necessidades apontadas, com possibilidade de libertação de recursos para outras atividades e tarefas. -----

---O Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Cinco** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e sete (37) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

---**Este ponto foi aprovado em minuta.** -----

---**PONTO TRÊS, PONTO SEIS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras.**-----



---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasaete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, explicando que a Carta das Cidades Educadoras surgiu no 1.º Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona, em mil, novecentos e noventa, no qual as cidades presentes reconheceram os princípios básicos para um impulso educativo, através da construção e promoção de uma permanente atitude de aprendizagem, troca e partilha, e de preservação da sua identidade pessoal e complexa, para deste modo aspirar a uma melhor qualidade de vida para os seus habitantes. -----

---Esclareceu que uma Cidade Educadora é um projeto de desenvolvimento pessoal e comunitário da responsabilidade das autoridades locais e de todos os intervenientes individuais e coletivos, públicos e privados, onde a valorização dos costumes e das origens deve dialogar com os modos de vida internacionais, oferecendo uma imagem atraente, sem nunca desvirtuar o seu próprio enquadramento natural e social. -----

---Indicou que o Marco de Canaveses encontra-se estrategicamente comprometido com uma atuação de Cidade Educadora, função desde logo espelhada no projeto “#sucesso escolar”, que constitui um programa concertado e institucionalizado de intervenção concelhia que pretende congrega esforços e recursos na definição das prioridades que se integram nas políticas e compromissos internacionais, nacionais, regionais e locais. -----

---Os objetivos da Carta Internacional das Cidades Educadoras passam por reforçar os níveis de sucesso escolar, reduzir os níveis de abandono e absentismo escolar, promover a prevenção primária de comportamentos que condicionem o adequado e funcional desempenho escolar, assegurando intervenção e acompanhamento psicossocial sempre que necessário, fortalecer a intervenção nos domínios da terapia da fala, estimular o desenvolvimento integral dos alunos na sua dimensão psicológica, social e cultural, melhorar as condições físicas dos estabelecimentos escolares, reforçar as atividades de enriquecimento curricular, promover estilos de vida saudáveis



e consolidar uma educação inclusiva. -----

----Mais informou que o Conselho Municipal de Educação foi auscultado acerca deste assunto, em reunião ocorrida no dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezanove, tendo-se mostrado favorável à adesão do Marco de Canaveses à Associação Internacional das Cidades Educadoras. --

----Para terminar, realçou que a adesão do Município de Marco de Canaveses à Associação Internacional das Cidades Educadoras reforça o compromisso crescente com a educação e com uma visão do território que se pretende promotora do desenvolvimento de todas as potencialidades educativas. -----

----Não havendo intervenções por parte do plenário, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Seis** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e sete (37) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

----**Este ponto foi aprovado em minuta.** -----

----Terminada a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa deu de imediato a palavra à Segunda Secretária, **Maria Gorete Lopes Pinheiro**, para que sejam aprovados em minuta os seguintes pontos: três, ponto dois (**3.2**), três, ponto quatro (**3.4**), três, ponto cinco (**3.5**) e três, ponto seis (**3.6**) da Ordem de Trabalhos da única reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. Todos foram aprovados em minuta por unanimidade. -----

----Nada mais havendo a tratar, quando eram duas horas e cinquenta minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e dezanove, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, deu por encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que eu, **Maria Gorete Lopes Pinheiro**, na qualidade de Segunda Secretária redigi, não transcrevendo na íntegra as intervenções, mas apenas um resumo dos assuntos tratados e das decisões tomadas, uma vez que existe uma gravação e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 02
REALIZADA EM 26/04/2019

também a transcrição na íntegra que ficam arquivadas, e podem ser lida e ouvida por qualquer membro que o solicite. -----

-----O Presidente da Mesa-----

-----Jorge Francisco Vieira -----

-----O Primeiro Secretário-----

-----Bruno Daniel Sousa Caetano -----

-----A Segunda Secretária-----

-----Maria Gorete Lopes Pinheiro-----
